



Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Estágio Curricular

Relatório de Estágio



**O Investimento Directo Português nos PALOP e
na Tunísia**

Estagiária: Fátima Maria Carvalho Gomes da Costa Maio

Orientador da FEUC: Professor Doutor Carlos Carreira

Supervisor da SCOOP Tunisie: Dr.^a Ana Maria Rocha

Setembro de 2010

O presente Relatório faz parte da avaliação no âmbito do Estágio Curricular do
Mestrado Integrado em Economia Financeira da Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra.

Naturalmente, qualquer omissão ou erro será da minha inteira responsabilidade. A sua
utilização como referência noutra tipo de publicações deverá ser sujeita a autorização.

Agradecimentos:

Aos meus pais, Francisco e Ermelinda, e às minhas irmãs Lindinha, Sofia e Lisa um especial obrigado por todo o amor, amizade, alegria, confiança, incentivo e apoio incondicional.

Ao professor Carlos Carreira, orientador de estágio da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), pelo apoio, disponibilidade e confiança sempre presentes.

À Ana e Eduardo Rocha pela oportunidade concedida e constante orientação, bem como, pelo apoio e confiança sempre demonstrados.

A todos os colegas da SAC pela aprendizagem, paciência e disponibilidade em ceder todas as informações necessárias.

À Adriana, Catarina, Márcia e Marta pela amizade, paciência e disponibilidade presentes ao longo deste percurso.

À Ana, Olga, Nuno, Sofia, Sónia, Tânia, Vânia e Vazão pela amizade constante ao longo deste percurso.

À Aly, Can, Fatma e Fra por todos os momentos que partilhamos e que marcaram positivamente a minha formação.

À Carol, Carla, Indira, Leandro, Miguel, Neima, Philippe, Romeu, Tiago e demais Camandro pelos momentos fantásticos e inesquecíveis passados nos últimos meses na Tunísia.

À Silvia, ficarás eternamente na minha vida.

Por último, a todos que de forma directa ou indirecta contribuíram para a realização deste trabalho.

Resumo

O presente relatório de estágio foi efectuado no âmbito do Estágio Curricular, que decorreu entre Janeiro e Junho do presente ano, na empresa SCOOP Tunisie, Tunísia, ao abrigo do programa Inov Contacto.

São objectivos do relatório, o estudo do Investimento Directo Português (IDP) em África e a exposição do trabalho desenvolvido na SCOOP Tunisie no âmbito do estágio. Neste contexto, o relatório divide-se em duas partes. A primeira parte aborda o conceito de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e enfatiza o investimento português em África, em particular, nos PALOP e na Tunísia. A segunda parte descreve as actividades realizadas na SCOOP ao longo do estágio. A metodologia utilizada na elaboração deste relatório baseia-se em pesquisas efectuadas em periódicos, referências bibliográficas teóricas e sites.

O Investimento Directo Estrangeiro tem desempenhado um papel fulcral no crescimento das empresas na actual conjuntura económica, conducente à emergência de novos mercados com vista a um melhor desenvolvimento económico e empresarial. África, sendo um continente ainda pouco explorado, porém, possuidor de grandes recursos, oportunidades e potencialidades, tornou-se num destino apetecível ao IDE.

Ao longo dos últimos anos, os fluxos de investimento têm aumentado no continente africano, no entanto, em 2009, diminuíram como consequência da crise internacional. Estes advêm maioritariamente de países desenvolvidos, contudo, os fluxos inerentes aos países em desenvolvimento evidenciam um aumento significativo.

Relativamente ao estágio efectuado na SCOOP, realizamos diversas actividades que contribuíram para um maior controlo da actividade da empresa, permitindo aumentar a competitividade desta comparativamente a outras empresas e mercados.

Palavras-Chave: Investimento Directo Português, PALOP, Tunísia

JEL F21 O16

Índice

Introdução.....	1
Parte I - Investimento Directo de Portugal no Estrangeiro (IDPE).	4
1. Enquadramento do IDPE.....	4
2. Evolução do IDE em África	11
2.1. Enquadramento	11
2.2. Situação Actual.....	12
3. Evolução do IDPE	14
3.1. Projectos a Decorrerem em África.....	17
3.2. IDP nos PALOP	20
3.3. IDP na Tunísia.....	24
Parte II - Estágio na SCOOP Tunisie.....	28
1. Apresentação da Entidade de Acolhimento	28
2. Evolução das Vendas.....	30
3. Actividades Desenvolvidas na Empresa.....	32
4. Contributo do Estágio.....	37
Conclusão	39
Bibliografia	41
1. Livros e Artigos	41
2. Sites Consultados.	43
Anexos.....	45

Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa da Tunísia.	3
Figura 2 - Evolução dos Stocks de Investimento Directo de Portugal no Exterior.	6
Figura 3 - Evolução dos Stocks de Investimento Directo do Exterior em Portugal.	6
Figura 4 - Mapa do Continente Africano por Regiões.....	11
Figura 5 - Fluxos de IDE em África, 2000-2009.....	12
Figura 6 - Evolução dos Rendimentos de Investimento Directo	14
Figura 7 - Evolução do Investimento Directo de Portugal no Estrangeiro por Países de Destino, 2009.....	15
Figura 8 - Investimento Directo Português no Estrangeiro por países de Destino, 2006	15
Figura 9 - Evolução do Investimento Directo Português no Estrangeiro por Sectores de Actividade, 2009	16
Figura 10 - Investimento Português nos PALOP e em Timor-Leste.....	21
Figura 11 - Investimento Português nos PALOP e em Timor-Leste por Países	22
Figura 12 - Investimento Português nos PALOP e em Timor-Leste por Sectores de Actividade	22
Figura 13 - Evolução do IDP no Conjunto dos Mercados Árabes	27
Figura 14 - Evolução do IDP para os Quatro Países do Magrebe	27
Figura 15 - Organigrama da SCOOP Tunisie.....	29
Figura 16 - Grau de Fidelização dos Clientes	30

Índice de Quadros

Quadro 1 - Determinantes Económicos do IDE por Tipo de Estratégia de EMNs	7
Quadro 2 - Determinantes de Investimento Directo nos Países em Desenvolvimento....	9
Quadro 3 - Distribuição de Fluxos e Stock de IDE em África por Região	13
Quadro 4 - Apoios ao Investimento em África.....	17
Quadro 5 - Investimento Directo de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste por Sectores de Actividade.....	23
Quadro 6 - Evolução das Vendas, 2005-2009 (TND).....	31
Quadro 7 - Custos da SCOOP, 2009.....	35

Lista de Siglas

AGOA – The African Growth and Opportunity Act
AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
BID – Banco Islâmico de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BMBP – Boletim Mensal do Banco de Portugal
BP – Banco de Portugal
CCI – Câmara do Comércio Internacional
CEE – Comunidade Económica Europeia
CEPEX – Centre de Promotion de Exportations
DPP – Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais
EBA – Everything But Arms
EBBP – Estatística de Bolso do Banco de Portugal
EC – *European Commission*
EMNs – Empresas Multinacionais
FIPA – Fundo de Investimento Privado Angolano
FMA – Fundo Monetário Árabe
FMI – Fundo Monetário Internacional
GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos
IDE – Investimento Directo Estrangeiro
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDP – Investimento Directo de Portugal
IDPE – Investimento Directo de Portugal no Estrangeiro
ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
LEA – Liga dos Estados Árabes
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa Anual de Cooperação
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POPH – Programa Operacional de Potencial Humano

QREN – Quadro Referência Estratégico Nacional

SAC – Société d'Assistance et de Commerce

SEBP – Síntese Estatística do Banco de Portugal

TND – Dinares Tunisinos

UA – União Africana

UE – União Europeia

UMA- União do Magrebe Árabe

UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development*

USD - Dólares

Introdução

O presente relatório foi redigido no âmbito do Estágio Curricular, para a obtenção do grau de mestre em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O estágio foi realizado na SCOOP Tunisie, Tunísia, entre finais de Janeiro e Junho de 2010, em contexto economicamente diferente do habitual, ao abrigo do programa Inov Contacto – Estágios Internacionais para Jovens Quadros, promovido pelo Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e apoiado pelos fundos, Quadro de Referência Estratégico Nacional/ Programa Operacional de Potencial Humano (QREN/POPH) e gerido pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP Portugal Global). Este programa, que visa apoiar a formação de jovens com qualificação superior em contexto internacional, confere uma realidade distinta mas, indubitavelmente, aliciante e potencializadora no sentido de mobilizar competências e conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico, em contexto real de trabalho, facilitando uma melhor inserção no mercado de trabalho.

O tema central do relatório é o Investimento Directo Português (IDP) em África, nomeadamente, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)¹ e na Tunísia.

A escolha do tema, Investimento Directo Português em África, advém da actual tendência económica internacional conducente à procura por parte de entidades, públicas e privadas, de novos mercados para investir. África, sendo um continente ainda pouco explorado, porém, possuidor de grandes recursos, oportunidades e potencialidades, tornou-se num destino apetecível ao investimento estrangeiro. Face ao exposto, aborda-se a evolução deste fenómeno ao longo dos últimos anos, como forma de conhecer a actual realidade empresarial e o desenvolvimento de novas actividades e projectos nos diferentes países.

Este relatório resultou em parte da elaboração de um trabalho, intitulado “Crescimento do Investimento Português em África” realizado para a AICEP em parceria com o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (DPP Scanning Docs). Sendo África um continente de grande dimensão seria difícil

¹ Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

abordar com detalhe todos os países, assim, elegemos os PALOP e a Tunísia, para uma análise mais detalhada. Selecionamos os PALOP pelas mútuas proximidades culturais existentes entre os países constituintes e Portugal, e a Tunísia pelo facto particular de ser o país receptor do estágio.

O relatório está dividido em duas partes. Na primeira, fazemos uma breve introdução ao trabalho efectuado e à metodologia utilizada para a sua consecução, seguindo-se o enquadramento teórico do Investimento Directo Estrangeiro (IDE), enfatizando os PALOP e a Tunísia. Na segunda parte, apresentamos a entidade de acolhimento, SCOOP Tunisie, destacando um pouco a sua história assim como a sua evolução e perspectivas futuras. Terminamos descrevendo todas as actividades por nós realizadas mencionando o contributo daí retirado para ambas as partes.

A metodologia utilizada na realização do relatório foi diversa. A informação recolhida advém de sites genéricos e especializados, artigos, livros e teses de mestrado. Na primeira parte do trabalho a metodologia baseia-se, por um lado, em diversos sites, AICEP, Banco de Portugal através de Boletins Mensais (BMBP), Estatísticas de Bolso (EBBP) e Síntese Estatística (SEBP), Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) do Ministério da Economia da Inovação e do Desenvolvimento através de estatísticas de bolso e bases de dados e, por outro, em artigos, periódicos e referências bibliográficas teóricas.

Na segunda parte, a bibliografia provém do site da SCOOP Tunisie, do plano de negócios, plano marketing e outros documentos pertencentes à mesma.

A empresa acolhedora, SCOOP Tunisie, é uma empresa têxtil portuguesa presente no mercado tunisino desde 2003, situada em Monastir, uma cidade turística a cerca de 180 km da capital, Tunes. A Tunísia é um país onde a presença de empresas estrangeiras é muito elevada, em virtude do nível de vida do país que beneficia as empresas externas, por um lado, e de acordos de cooperação existentes entre este e outros, por outro.

Figura 1- Mapa da Tunísia



Fonte: <http://www.mariomarcia.com/FotosViagens/Africa/Tunisia/TunisiaCenter.htm>

PARTE I – INVESTIMENTO DIRECTO DE PORTUGAL NO EXTRANGEIRO (IDPE)

1. Enquadramento do IDPE

A definição do conceito de IDE, “[...] reconhecido hoje como um dos motores mais vitais do crescimento económico de um país [...]” (Crespo, 2009:1), apresenta diferentes interpretações consoante a entidade e o autor. Apresentamos a definição segundo o GEE e o Fundo Monetário Internacional (FMI) como forma de abordar amplamente o conceito.

Segundo o GEE (2006), o IDE visa a obtenção de laços económicos estáveis e duradouros dos quais resulte, directa ou indirectamente, a existência de efectivo poder de decisão por parte do investidor directo numa empresa a constituir ou já constituída no exterior. A mesma organização considera como indicador da existência de uma relação de investimento directo no exterior, a detenção por parte de cada investidor directo residente de, pelo menos, 10% do capital social da empresa de investimento directo não residente. Esta indicação não exclui a possibilidade de existência de relações de investimento directo em casos em que a participação no capital da empresa de investimento directo seja inferior a 10%.

O GEE (2006) classifica os investimentos por tipos de operações: investimentos efectuados no capital das empresas, lucros reinvestidos, operações sobre imóveis, créditos, empréstimos e suprimentos e outras operações.

De acordo com o FMI, a definição de Investimento Directo Internacional é interpretada como “[...] os investimentos efectuados com o fim de adquirir um interesse duradouro numa empresa que exerce as suas actividades no território de uma economia diferente da do investidor, com o objectivo deste ter um poder de decisão efectivo na gestão da empresa. As entidades ou grupos de entidades que efectuam os investimentos são chamados investidores directos e as empresas nas quais os investimentos directos são efectuados, são designados por empresas de investimento directo.” (citado *in* Medeiros, 1994:176).

Medeiros (1994) define investimento internacional como “[...] o emprego, para o exterior, de recursos financeiros de um país”. Segundo o autor existem vários tipos de investimento definidos segundo diferentes critérios, como: qualidade, duração, forma e

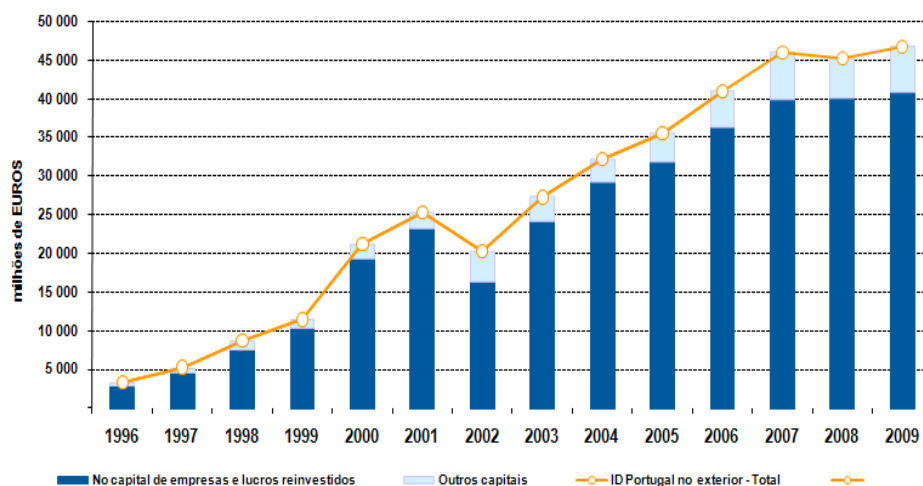
tipo. O critério da qualidade distingue investimento privado, misto ou público. O privado caracteriza-se por ser realizado por um agente económico ou por uma empresa, o público, por entidades públicas como o Estado e organizações internacionais e, o misto, pode resultar da conjugação dos dois. Em relação à duração, os investimentos podem ser classificados como sendo de curto prazo, quando o investimento é inferior a um ano, médio prazo, de 1 a 5 anos e, longo prazo, quando superior a 5 anos. O tipo de investimento quanto à forma baseia-se na divisão entre investimentos sem ou com contrapartida. No primeiro, consideram-se os donativos e auxílios públicos ao desenvolvimento quando prestados pelo Estado, os investimentos com contrapartida são os empréstimos, investimentos de carteira e investimentos directos. Por fim, o investimento segundo o tipo, foca a proveniência do investimento, se do mercado, por intermediários, ou fora do mercado.

A partir dos anos 90, verificou-se um crescimento substancial do investimento directo português no estrangeiro resultante da adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) e da sua abertura ao exterior, permitindo a internacionalização das empresas. Segundo Serrano “[...] a fase de internacionalização caracterizou-se inicialmente pela fixação de filiais e delegações, mais para vender do que produzir.” (2001: 15). O mesmo autor refere ainda que “[...] uma característica comum em praticamente todos os processos de internacionalização é o de terem assumido a forma de parcerias. As empresas portuguesas preferem-nas, por razões de risco, principalmente. As internacionalizações por investimento directo são feitas normalmente com parcerias estratégicas.” (2001: 18).

A Figura 2 mostra a evolução dos stocks de IDPE onde observamos um crescimento progressivo entre 2002 e 2007, ano em que a crise internacional despoletou. A crise provocou uma diminuição dos fluxos associados ao IDPE, uma vez que aumentaram as dificuldades de acesso às fontes de financiamento. A falta de investimento provoca uma incapacidade por parte dos países de controlarem as suas reservas externas, de financiarem projectos de desenvolvimento interno em infra-estruturas e de produção conduzindo ao encerramento de fábricas e ao aumento do desemprego. Outro ponto a salientar, ainda com base no mesmo gráfico, é o facto de o investimento ser realizado quase na sua totalidade no capital de empresas e lucros reinvestidos. O mesmo se verifica, no caso do IDEP (Figura 3), uma vez que para o GEE, o capital das empresas pode ser realizado por várias formas, aquisição/alienação de acções, constituição de novas empresas/abertura de sucursais/dissolução, aquisição/ alienação total ou parcial e

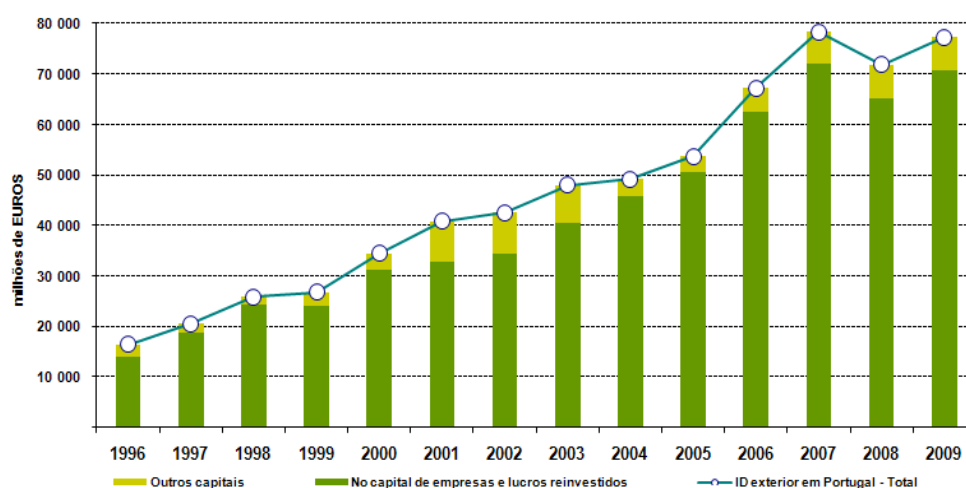
através de aumentos (reduções) de capital, o que se traduz num aumento deste tipo de operação em detrimento das outras.

Figura 2- Evolução dos Stocks de Investimento Directo de Portugal no Exterior



Fonte: GEE (2010)

Figura 3- Evolução dos Stocks de Investimento Directo do Exterior em Portugal



Fonte: GEE (2010)

O IDPE proporciona um aumento do bem-estar dos países receptores potencializado nas mais diversas áreas. Actualmente, os países em desenvolvimento têm ganho posição face aos países desenvolvidos no que diz respeito ao investimento estrangeiro, dado que, os seus fluxos têm aumentado, não se observando o mesmo para os países desenvolvidos (cf. Anexo 1). A atracção do IDE provém das suas motivações, por um

lado, e, por outro, das decisões das Empresas Multinacionais (EMNs), dado que, estas por vezes procuram mercados específicos. Nascimento (2008), citando a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) e Dunning, apresenta vários determinantes: económicos, políticos e de promoção de negócios.

O Quadro 1 mostra os determinantes económicos do IDE por tipo de estratégia de EMNs. As estratégias das EMNs resultam da necessidade das empresas de investimento estrangeiro. Face o exposto, Nascimento (2008) citando UNCTAD e Dunning expõe as quatro estratégias, como forma de direccionar o investimento estrangeiro: busca de mercado (market seeking), busca de recursos (resource seeking), busca de activos estratégicos (asset seeking) e busca de eficiência (efficiency seeking).

Quadro 1 – Determinantes Económicos do IDE por Tipo de Estratégia de EMNs

Tipos de IDE segundo as estratégias das EMNs	Principais Determinantes nos Países hóspedes
Busca de Mercado	<ul style="list-style-type: none"> - Tamanho de mercado e rendimento per capita. - Crescimento do mercado. - Acesso ao mercado regional e global. - Preferências do consumidor. - Estruturas dos Mercados.
Busca de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Custo de matérias-primas, componentes e partes. - Capacidade de aprendizagem dos trabalhadores. - Custos salariais. - Custos terrenos e construção.
Busca de Activos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> - Activos tecnológicos, inovações e outros inclusive os relacionados às firmas o aos <i>clusters</i>. - Infra-estrutura física (onde se destaca os portos, as estradas, a energia, as telecomunicações). - Macro Inovadora e empreendedora.
Busca de Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Custos dos activos e recursos acima citados, ajustados ao nível de produtividade. - Outros custos de <i>input</i>, transporte, comunicação e outros custos intermédios. - Acordos de integração regional ou rede regional de cooperação.

Fonte: Nascimento (2008)

Outro determinante associado à decisão de investir por parte das empresas, relaciona-se com a situação política em que o país se encontra, uma vez que a estabilidade conduz à criação de políticas que assentem numa gestão de qualidade. Os determinantes políticos mencionados por Nascimento (2008) são:

- Estabilidade económica, política e social;
- Regras de entrada e de operações;
- Padrões de tratamento das filiais estrangeiras;
- Políticas de funcionamento e estrutura de mercados;
- Acordos internacionais sobre IDE;
- Política de privatização;
- Política de Comércio e a coerência das políticas de IDE e do comércio;
- Política tributária;
- Política regional e industrial.

A promoção de negócios é outro factor que requer atenção. A este respeito, os determinantes associados são os seguintes:

- Promoção de investimento;
- Incentivos ao investimento;
- Hassle Cost (relacionados à corrupção, eficiência administrativa, transparência, entre outros);
- Amenidades sociais (escolas bilingues, qualidade de vida);
- Serviços de pré e pós-investimentos;
- Boas infra-estruturas e suporte de serviços (banca, serviços de contabilidade e jurídico);
- Capital social;
- Moralidade económica.

Nascimento (2008) sublinha que todos os determinantes em conjunto proporcionam uma maior atractividade aos investidores, devendo estar interligados e não serem considerados separadamente, uma vez que, uns afectam a eficiência de outros.

Os determinantes supracitados impulsionam as economias dos países receptores, pois, proporcionam condições para que haja mais investimento, como por exemplo, a entrada de novas empresas, desenvolvendo o mercado, por um lado, e os diversos sectores que afectam a economia, por outro, conduzindo o país a um maior grau de desenvolvimento.

No caso específico dos países em desenvolvimento apenas alguns dos indicadores são estudados, como forma de atrair investimento: produto interno bruto, mão-de-obra, capital externo, inflação, risco e bolsas de valores, como referencia Nonnenberg e Mendonça (Quadro 2) citado por Nascimento (2008). A única razão pela qual apenas consideram estes factores deve-se ao facto destes afectarem mais o IDE direccionado para a procura de mercados e recursos.

Quadro 2 – Determinantes de Investimento Directo nos Países em Desenvolvimento

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	RELAÇÃO COM O IDE
PIB	Dado que representa o crescimento da economia de um país, é uma variável que está directamente relacionada com o Investimento “Busca de Mercado”.	O tamanho da economia afecta positivamente o ingresso de IDE de uma forma fortemente significativa.
Qualificação da Força de Trabalho	O percentual da população em idade correspondente matriculada no ensino secundário, que se enquadra no tipo de investidor que “Busca Recursos”.	Grau de escolaridade é um importante determinante de IDE e altamente significativo.
Coefficiente de Abertura da Economia	Uma economia mais voltada para fora facilita a entrada de Investimentos estrangeiros.	O coeficiente de abertura da economia mostrou-se um factor de grande relevância para a atracção de capital estrangeiro, sendo altamente significativa.
Taxa de Inflação	A estabilidade da economia do país.	A inflação aparece como indicador da estabilidade macroeconómica, com sinal negativo e significativo.
Taxa de Risco	Está ligado as condições de crédito que influencia a dívida externa.	O risco do país afectou negativamente a entrada de investimentos directos.
Índice Dow Jones ³	Atende ao desempenho das bolsas de valores, indicando a prospecção de se realizar investimentos com maior risco.	O crescimento dos mercados de capitais nos países desenvolvidos é um forte determinante dos fluxos de saída do IDE.

Fonte: Nascimento (2008)

Portugal ao efectuar investimentos no estrangeiro vê a sua economia beneficiar, uma vez que, este investimento conduz a um aumento de bens e serviços transaccionáveis, à expansão do nível de negócios gerado por projectos de elevado valor acrescentado e à

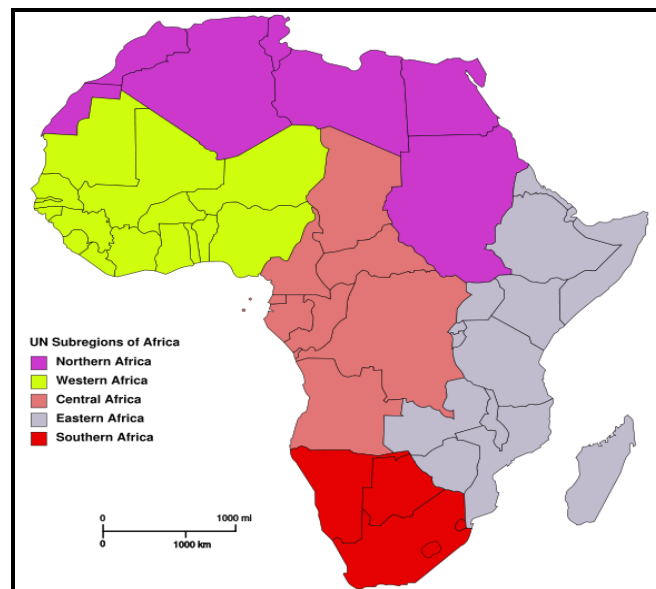
melhoria da produtividade e competitividade da economia traduzindo-se num aumento das exportações do nosso país. Um outro benefício surge associado ao capital humano, dado que, as empresas ao investir noutros mercados vão necessariamente levar mão-de-obra, pelo menos nos primeiros tempos, de modo a resolver todos os problemas associados a esta mudança, facto que permitirá a transmissão de conhecimento. (Jesus, 2005).

Não obstante, para os países receptores existem impactos negativos: o repatriamento dos lucros gerados nesse país e o desenvolvimento de emprego temporário, dado que, constituem investimentos por um período de tempo não muito longo e, por conseguinte, o término do projecto gera novamente desemprego; a perda de identidade cultural traduzida numa influência estrangeira tanto no campo económico como político e a dependência de economias estrangeiras e de fluxos líquidos privados que colocam os países em questão numa situação económica vulnerável a estímulos exteriores. As dificuldades vividas associadas às economias dos países investidores traduzem-se, em último plano, numa desaceleração do consumo privado e numa maior restritividade nos critérios de financiamento, gerando uma desaceleração mais acentuada da actividade económica, ou mesmo, uma queda real no crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento.

2. Evolução do IDE em África

2.1. Enquadramento

Figura 4 - Mapa do Continente Africano por Regiões



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Africa_map_regions.svg

África é o terceiro maior continente do mundo, com uma dimensão de 30,3 milhões de km², e o segundo mais populoso com aproximadamente 900 milhões de pessoas (um sétimo da população mundial). Possuidor de uma enorme diversidade cultural e étnica é constituído por 53 países independentes (GEE, 2007).

É um continente pouco desenvolvido, onde os conflitos bélicos estão patentes e as desigualdades sociais são muito visíveis e acentuadas, traduzidas nas elevadas taxas de analfabetismo e na reduzida esperança média de vida.

Segundo o GEE (2007), o continente africano é detentor de recursos naturais com extrema importância, como o petróleo, gás natural, carvão e urânio. Mais, caracteriza-se por ser dos maiores produtores de diamantes, crómio, cobre, ouro, manganésio, cobalto, ferro e bauxite. O seu território está separado da Europa pelo mar Mediterrâneo e da Ásia pelo istmo de Suez.

O elevado potencial que o continente africano proporciona associado aos acordos de cooperação existentes, tornam as economias africanas um alvo para o investimento directo estrangeiro. Este investimento impulsionará o financiamento empresarial e, por

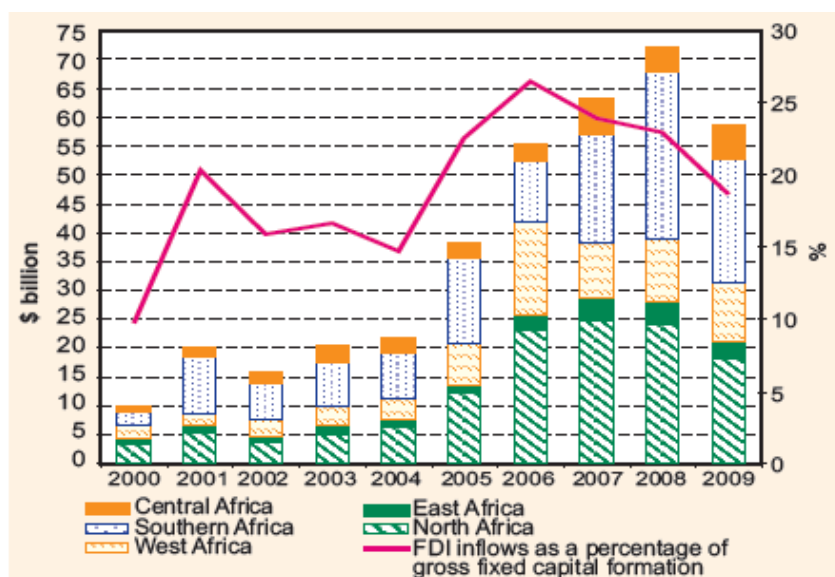
consequente, o desenvolvimento de novas actividades e de novos projectos nos diversos países.

2.2. Situação Actual

No actual panorama, são imensas as empresas que estão a investir nos mercados africanos, no entanto, com a crise internacional, o fluxo de investimento sofreu uma redução.

De acordo com os dados da UNCTAD (2010), os afluxos de IDE, em África, sofreram um crescimento positivo de 2002 a 2008, dado que o investimento passou de cerca de 16 biliões de dólares para 72 biliões de dólares (um aumento de 56 biliões de dólares), facto que confirma o elevado interesse no mercado africano ao longo dos últimos anos. Em 2009, a tendência alterou-se, o crescimento foi negativo em resultado da diminuição da procura global, por um lado, e dos preços das mercadorias, por outro, sofrendo uma perda de investimento no valor de 13 biliões de dólares (Figura 5). A Figura 5 também ilustra a disposição da entrada de fluxos de investimento por regiões no continente africano. Observamos que a maior parcela de investimento está dividida entre a África do Sul e a África do Norte.

Figura 5 – Fluxos de IDE em África, 2000–2009



Fonte: *World Investment Report* (2010: 32), UNCTAD

Em relação à distribuição dos fluxos de IDE entre economias, os principais países receptores deste investimento são Angola, Egito, Nigéria, África do Sul e Sudão, rondando valores superiores a três bilhões de dólares (cf. Anexo 2).

A UNCTAD (2010) prevê que as economias africanas recuperem a performance lentamente, dado que, esperam uma melhoria da conjuntura económica e dos preços dos produtos. As economias asiáticas representam uma grande parcela do IDE em África, por conseguinte, o desenvolvimento destas contribui para um aumento dos fluxos de IDE. A África do Sul está, actualmente, classificada como a vigésima economia mundial receptora de IDE, sendo o segundo país africano receptor o Egito, correspondendo à trigésima primeira posição.

Os fluxos de investimento estrangeiro, em África, provêm dos mais diversos mercados. O Quadro 3 mostra que, hoje em dia, os fluxos de investimento advêm cada vez mais de economias em desenvolvimento, todavia, os valores em questão são ainda relativamente baixos, quando comparados com os valores referentes às economias desenvolvidas. Como observamos, a percentagem relativa aos aflusos de investimento realizados pelas economias desenvolvidas, entre 2000-2008, sofreu uma diminuição de 6,9% comparativamente ao período 1995-1999. O mesmo não sucede para os países em desenvolvimento, denotando-se um aumento de cerca de 18% para 21%, resultando essencialmente do crescimento dos fluxos asiáticos. Este crescimento deve-se a vários factores: elevados preços das mercadorias, crescente internacionalização das transnacionais emergentes e, por último, à necessidade do rápido crescimento das economias emergentes em recursos naturais (UNCTAD, 2010).

Quadro 3 – Distribuição dos Fluxos e Stock de IDE em África por Região

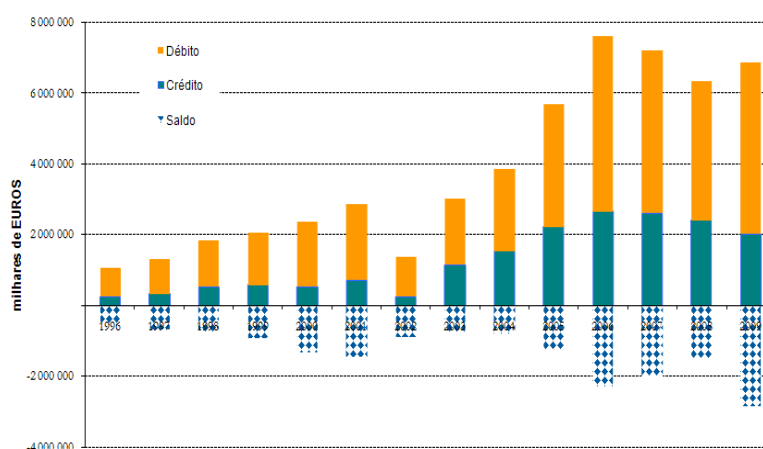
Home region	Share in world total (%)			
	Inflows		Inward stock	
	1995–1999	2000–2008	1999	2008
Total world	100.0	100.0	100.0	100.0
Developed countries	79.0	72.1	89.0	91.6
Developing economies	17.7	20.8	6.9	7.4
Africa	5.1	4.9	2.3	2.9
Latin America and the Caribbean	5.5	0.7	1.3	1.3
Asia	6.7	15.2	3.1	3.2
South-East Europe and the CIS	0.3	0.0	0.0	0.0

Fonte: *World Investment Report* (2010: 34), UNCTAD

3. Evolução do IDPE

Portugal evidencia um saldo negativo no que diz respeito à evolução dos rendimentos de investimento directo, tendência que se verifica desde 2006, com podemos observar na Figura 6 e que se acentua nos últimos anos.

Figura 6 - Evolução dos Rendimentos de Investimento Directo



Fonte: GEE (2010)

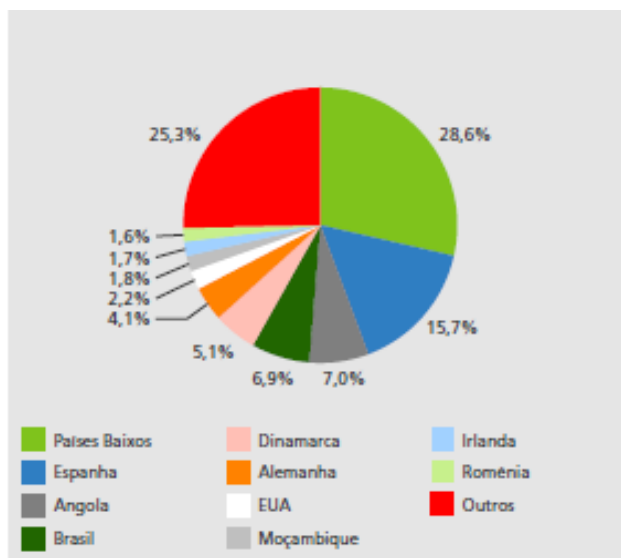
De acordo com os dados da AICEP (Figura 7), os destinos do investimento português têm vindo a diversificar ao longo dos anos, todavia, em 2009, o espaço europeu (países desenvolvidos) continua a possuir a maior parcela, quando comparado com dados de 2006.

Os Países Baixos ocupam a primeira posição seguindo-se a Espanha, que em conjunto arrecadam 44,3%. Na terceira posição surge Angola com 7%, apenas mais 0,1% que o Brasil. Por outro lado, a Figura 7 mostra dois países africanos como países de destino do investimento português, Angola e Moçambique, facto que poderá evidenciar um maior interesse que estes mercados têm suscitado para os investidores ao longo dos últimos anos.

São várias as razões que justificam os destinos dos investimentos portugueses. Em relação ao investimento na Holanda, deve-se ao facto de “[...] algumas empresas têm manifestado o interesse de instalar as suas holdings financeiras na Holanda e de realizar investimentos em terceiros países a partir desta base.” (Silva, 2006:508). Segundo

Serrano (2001), para Angola, Moçambique e Brasil, a razão assenta na proximidade cultural, enquanto, para a Espanha deve-se à proximidade geográfica e de desenvolvimento.

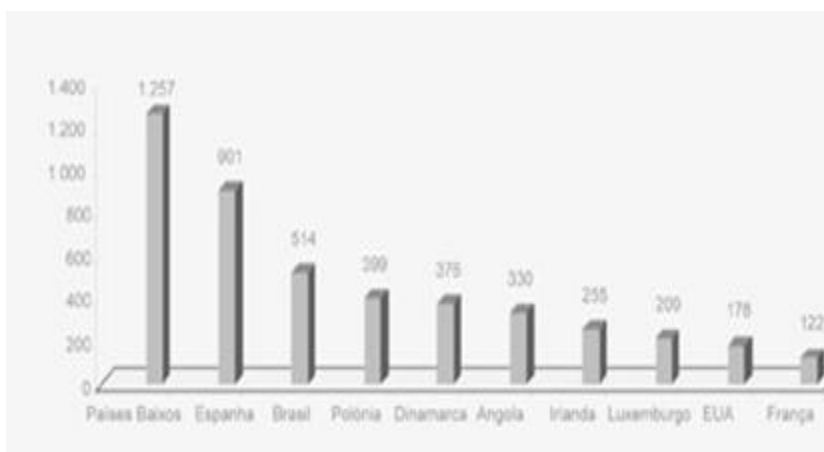
Figura 7 – Evolução do Investimento Directo de Portugal no Estrangeiro por Países de Destino, 2009



Fonte: Portugal – Ficha País, AICEP Portugal Global (2010) (investimento bruto)

A Figura 8 reforça a ideia anterior, uma vez que, em 2006 apenas Angola constava como destino do investimento português, em África.

Figura 8 – Investimento Directo Português no Estrangeiro por Países de Destino, 2006

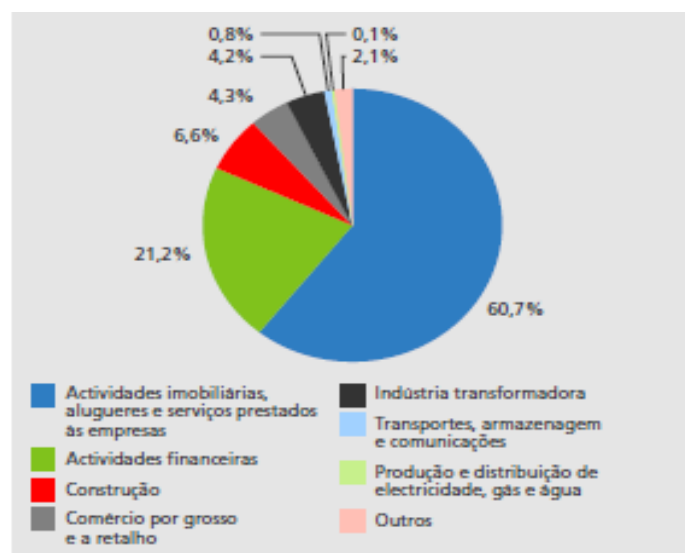


Fonte: Embaixada de Portugal em Luanda (2010) (investimento bruto em milhões de euros)

A AICEP, recentemente (Julho 2010), publicou dados referentes ao investimento directo português no exterior, relativos ao período de Janeiro a Maio de 2010, onde se observa uma alteração nos principais receptores deste investimento (cf. Anexo 2). O primeiro lugar continua a ser ocupado pela Holanda, seguindo-se Espanha e Brasil, que volta a ocupar o terceiro lugar. Angola, ocupa a quinta posição, Moçambique a décima oitava e Cabo Verde a vigésima.

Em relação aos sectores de actividade receptores do investimento estrangeiro, as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas absorvem mais de metade do investimento, 60,7%, seguindo-se as actividades financeiras com 21,2% e a construção com 6,6%. Esta divisão relaciona-se com as carências que os países apresentam nos sectores onde têm menores vantagens competitivas, com o propósito de assegurar as capacidades produtivas internas. Alguns destes mercados possuem economias em reconstrução, após anos de conflitos e, por conseguinte, necessitam desenvolver e dinamizar os principais sectores da economia de modo a tornarem-se competitivos relativamente a outros mercados.

Figura 9 – Evolução do Investimento Directo de Portugal no Estrangeiro por Sectores de Actividade, 2009



Fonte: Portugal – Ficha País, AICEP Portugal Global (2010) (investimento bruto)

Em relação ao investimento por sectores, de acordo com os últimos dados publicados pela AICEP (Julho 2010), verifica-se um aumento das actividades financeiras, comércio

por grosso, indústria transformadora em detrimento do sector da construção e das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (cf. Anexo 4).

O IDE, no presente, é considerado um motor essencial ao crescimento económico dos países e um indicador de convergência, juntamente com as maiores economias mundiais.

3.1. Projectos a Decorrerem em África

Ao longo dos últimos anos, as economias dos países africanos tem suscitado o interesse do investimento estrangeiro, traduzido pelo aumento dos projectos de índole privada e pública. O forte interesse neste continente advém dos apoios por parte de diversas entidades, com o intuito de desenvolver as economias dos países envolventes, por um lado, e dos acordos existentes entre este continente e outros como forma de incentivar as exportações e atrair investimentos, por outro. Estes acordos consistem na isenção de direitos alfandegários e no livre acesso de quotas dos países africanos para os países desenvolvidos através de iniciativas como o *African Growth and Opportunity Act (AGOA)*² e *Everything But Arms (EBA)*³.

Os apoios concedidos visam apoiar áreas de elevado interesse para a população, como é o caso da pobreza, reabilitação, infra-estruturas, emprego, justiça, financiamento, crédito com vista ao desenvolvimento sustentável.

O Quadro 4 evidencia alguns dos projectos que estão actualmente em desenvolvimento e as respectivas entidades promotoras.

Quadro 4 – Apoios ao Investimento em África

Entidade	Projecto	Valor	Objectivos
Nações Unidas	Programa das Nações Unidas para	Financiamentos até aos 40 milhões de	Combate à pobreza, reabilitação de

² AGOA é um acto promovido pelos EUA, contemplado pela isenção de direitos aduaneiros e livre acesso às quotas de mercado dos EUA por 41 países da África Subsariana (Rututo, 2008; AGOA, 2010).

³ EBA é uma iniciativa promovida pela UE, que permite a isenção de direitos aduaneiros às importações de todos os produtos, com excepção de armas e munições (EC, 2010).

	o Desenvolvimento (PNUD)	dólares (USD)	infra-estruturas, criação de emprego, educação e reforço do sistema de justiça
Fundo de Investimento Privado Angolano (FIPA)	Investimentos no sector privado	25 milhões de dólares para investimento	Concessão de financiamentos, dando prioridade a projectos de prospecção, privatização e reestruturação de capitais
Programa Anual de Cooperação (PAC) portuguesa	PAC	18 milhões de euros	Apoia projectos a nível de províncias e municípios mais necessitados, as parcerias público privadas e o apoio às pequenas e médias empresas
Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)	Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)	Perto de 50 milhões de euros	Apoia projectos de recuperação de infra-estruturas, promoção de parcerias público privadas, apoio à desmobilização e reinserção social, à agricultura e ao desenvolvimento rural.
Portucel	Investimento da	Execução de um	Investimento da

	papelaria na instalação de uma fábrica e da base da indústria que forneça matéria-prima.	projecto em Moçambique de 2,3 mil milhões de dólares até 2025.	papelaria na instalação de uma fábrica e da base da indústria que forneça matéria-prima.
AICEP/ Whatan Investment Group ⁴	Promover investimentos portugueses tanto em Moçambique como nos restantes países da África Austral.		Contribuir para o desenvolvimento sustentável de Moçambique e desta região da África Austral, desenvolvendo a sua actividade no quadro das estratégias de política económica definidas.
Caixa Geral de Depósitos	Linha de crédito.	Cerca de 100 milhões de euros.	Desenvolver o investimento português em África.
Cimpor	Produção de Cimento.	120 milhões de euros.	Reforço da capacidade de produção de cimento em Moçambique.

Fonte: DPP (2010)

As razões para a procura dos referidos mercados são distintas e, simultaneamente, diversas: (i) novos mercados com diferentes dimensões, como forma de combater a

⁴ Whatan Investment Group, é uma entidade Moçambicana de investimento, criada em 2005, com interesses e participações nos mais diversos campos.

crise financeira actual e de satisfazer as necessidades do mercado, consequência do nível de dependência relativamente ao exterior; (ii) necessidade de criação de infra-estruturas a diferentes níveis, como forma de impulsionar as suas economias, modernizando e dinamizando, dado que são países ainda pouco explorados, em recursos e potencialidades e com necessidades de reconstrução; (iii) a existência de uma mão-de-obra barata e a necessidade de mão-de-obra especializada assumem uma grande importância, uma vez que, permite que as empresas reduzam os custos associados aos salários dos seus empregados. Não obstante, aliados a estes factores surgem alguns receios. Alguns mercados caracterizam-se por uma intervenção excessiva por parte dos órgãos estatais, em determinados sectores de actividade, que apresenta como consequência um atraso nas acções dos investidores. O mesmo sucede no processo de internacionalização, que é lento, resultante da burocracia existente, por um lado, e, da insuficiente informação presente no mercado, por outro. A existência de possíveis conflitos, de instabilidade política e a inexistência de segurança podem constituir eventuais entraves ao investimento estrangeiro.

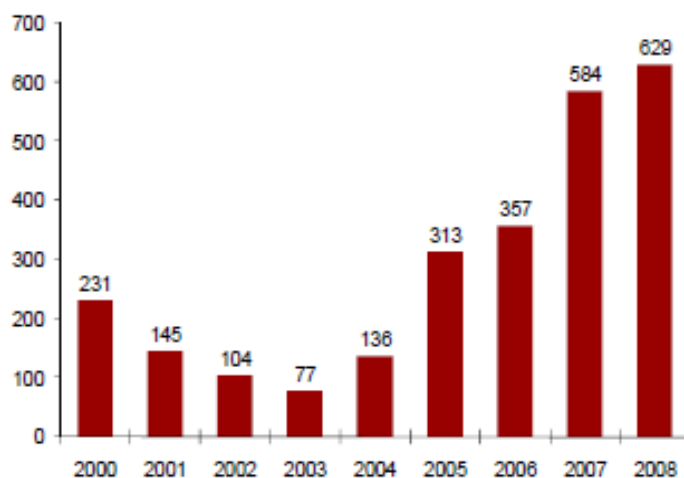
Existem indicadores que nos permitem perspectivar de modo optimista os próximos anos. O número de contratos de investimento para construção de infra-estruturas, as regalias fiscais dirigidas a empresas investidoras, a evolução da procura de investimento e a evolução das relações comerciais entre Portugal e o continente africano são alguns dos exemplos.

3.2. IDP nos PALOP

Ao longo dos últimos anos observamos uma evolução positiva do IDP nos PALOP, provavelmente, em virtude de possuírem escassos recursos, o que o faz com que os investimentos aí efectuados permitam impulsionar a economia, promovendo o seu desenvolvimento.

Segundo dados do Banco de Portugal (BP), desde 2003 que este investimento tem crescido de modo acentuado, porém, em 2008, esse crescimento sofreu um forte abrandamento (apesar de o seu valor situar-se cerca dos 630 milhões de euros) devido à crise financeira, representando cerca de 6,2% do total do investimento de Portugal no exterior, em 2008 (Figura 10).

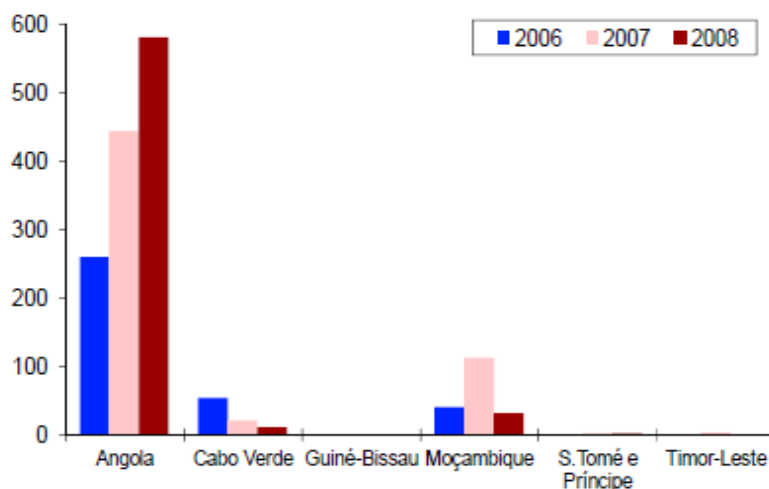
Figura 10 – Investimento Português nos PALOP e em Timor-Leste



Fonte: Evolução das Economias dos PALOP e Timor-Leste, BP (2008/2009:149) (total anual em milhões de euros)

Analisando os PALOP individualmente (Figura 11), Angola tem sido o principal receptor deste investimento, nos últimos anos. Em 2008, o investimento em Angola, atingia quase 600 milhões de euros anuais, seguindo-se Moçambique com cerca de 40 milhões, e, em terceiro, surge Cabo-Verde com valores a rondar os 10 milhões de euros. Com a crise económica e financeira despoletada, em 2008, apenas a economia angolana viu os seus fluxos de investimento aumentarem, provavelmente, fruto de possuir uma estrutura mais estável. Contudo, a afluência de investimento por Moçambique e Cabo Verde diminuíram, apesar de, no caso deste último, ser pouco significativa. Para Moçambique, as razões de tal redução surgem associadas à queda da procura global e a uma maior dificuldade no acesso ao crédito, enquanto, para Cabo Verde devem-se ao facto de ser uma economia com reduzida exposição aos factores determinantes da crise.

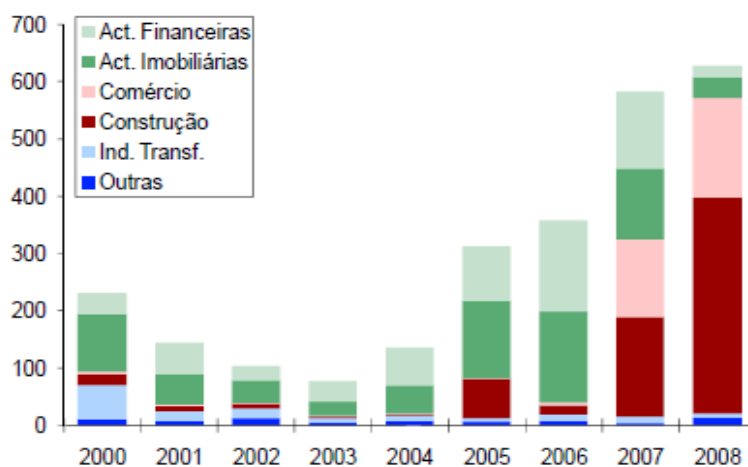
Figura 11 – Investimento Português nos PALOP e em Timor-Leste por Países



Fonte: Evolução das Economias dos PALOP e Timor-Leste, BP (2008/2009:149) (total em milhões de euros)

Este tipo de investimento dirige-se a diversas áreas, consoante o país, no entanto, a construção e o comércio são as áreas mais propícias ao seu acolhimento, dado que, são mercados em reconstrução após diversos anos de conflitos e são países onde a actividade económica se está a desenvolver a uma velocidade vertiginosa (Figura 12). As actividades imobiliárias e financeiras são os outros sectores receptores de investimento, não obstante, a sua quota de mercado apresenta uma diminuição comparativamente a 2007, perdendo posição para o sector da construção e comércio.

Figura 12 – Investimento Português nos PALOP e em Timor-Leste por Sectores de Actividade



Fonte: Evolução das Economias dos PALOP e Timor-Leste, BP (2008/2009:150) (milhões de euros)

Continuando a analisar os PALOP individualmente, constatamos com base no Quadro 5 que à excepção de São Tomé e Príncipe, o principal sector de actividade receptor de IDE é a construção.

Quadro 5 – Investimento Directo de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste por Sectores de Actividade

	2006		2007		2008	
	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
Angola						
Actividades Financeiras	152.9		120.7	9.9	18.7	404.8
Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	73.8	62.4	27.0	685.2	21.4	47.3
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	4.9		0.2		0.3	0.9
Comércio (Grosso e a retalho). Reparação Veiculos Autom.	5.4	1.6	133.6	15.8	167.5	17.5
Construção	14.9	3.6	154.8	490.2	359.2	970.0
Indústrias Transformadoras	9.0	7.3	7.7	3.0	4.6	14.1
Transportes, Armazenagem e Comunicações	0.1		0.1		0.1	0.5
Outros	0.0		0.1		10.0	11.8
Total	261.1	74.9	444.3	1 204.0	601.9	1 466.9
Cabo Verde						
Actividades Financeiras	1.0		10.2	0.3	1.4	0.3
Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	52.8	44.0	5.5	109.7	3.8	2.9
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)						
Comércio (Grosso e a retalho). Reparação Veiculos Autom.	0.1		2.2	0.2	0.6	0.2
Construção	0.0		0.4	3.5	5.1	21.8
Indústrias Transformadoras	0.4		0.4	0.0	0.2	
Transportes, Armazenagem e Comunicações	0.1		1.4			0.1
Outros	0.4	1.2	0.6	0.2	0.6	0.7
Total	54.7	46.1	20.6	113.9	11.7	26.9
Guiné-Bissau						
Actividades Financeiras	0.1		0.6	0.9		0.3
Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas				4.2	0.0	0.2
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)						
Comércio (Grosso e a retalho). Reparação Veiculos Autom.	0.0		0.0		0.0	
Construção				2.8	0.4	0.8
Indústrias Transformadoras	0.0		0.5		0.1	
Transportes, Armazenagem e Comunicações				3.1		
Outros	0.1			0.9	0.0	0.1
Total	0.2	0.0	1.1	11.0	0.6	1.4
Moçambique						
Actividades Financeiras	3.6	0.0	3.6	1.9	0.5	3.8
Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	32.1	11.3	87.9	12.7	9.9	11.1
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	1.2	2.0		0.3	0.0	
Comércio (Grosso e a retalho). Reparação Veiculos Autom.	0.0		0.3	0.1	6.2	
Construção	1.2	18.0	18.4	16.2	12.4	19.1
Indústrias Transformadoras	1.0	0.1	2.1	0.3	2.3	1.4
Transportes, Armazenagem e Comunicações				0.0	0.0	0.2
Outros	1.3	0.1	0.2	0.8	0.5	8.0
Total	40.6	31.6	112.6	32.6	31.6	43.6
S. Tomé e Príncipe						
Actividades Financeiras			0.0			0.0
Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	0.2		0.4		0.0	
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)		0.0	0.7		0.1	
Comércio (Grosso e a retalho). Reparação Veiculos Autom.		0.0			0.0	0.0
Construção	0.1		0.8	1.4	0.3	1.8
Indústrias Transformadoras						
Transportes, Armazenagem e Comunicações	0.4		0.3	10.0	0.1	
Outros	0.0		0.3	0.2	2.2	1.8
Total	0.7	0.1	2.6	11.6	2.7	3.6
Timor-Leste						
Actividades Financeiras		25.2		0.9		0.1
Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas				2.0		0.2
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)						
Comércio (Grosso e a retalho). Reparação Veiculos Autom.						
Construção						
Indústrias Transformadoras						
Transportes, Armazenagem e Comunicações						
Outros	0.1	0.6	0.4	0.2	0.1	0.2
Total	0.1	26.7	3.2	0.2	0.3	0.2
Total PALOP e Timor-Leste	367.3	177.3	684.2	1 373.8	628.8	1 641.6

Fonte: Evolução das Economias dos PALOP e Timor-Leste, BP (2008/2009:151)

O investimento realizado, nos PALOP, nos diversos sectores possibilita a dinamização das economias destes países, conduzindo ao desenvolvimento de sectores vitais, tornando-os mais competitivos e concorrenciais.

3.3. IDP na Tunísia

A República da Tunísia ocupa uma superfície de 162.155 km² e compreende uma população 10,3 milhões de habitantes. Faz fronteira com a Líbia, Argélia e o mar Mediterrâneo, localização geográfica que lhe proporciona uma excelente posição estratégica para com os mercados, em particular, o europeu, beneficiando, por isso, de uma posição privilegiada na recepção de fluxos de investimento estrangeiro (em 2009, esses fluxos rondavam entre 1 e 1,9 biliões de dólares; cf. Anexo 2). Em comparação com os outros países do Magrebe⁵, este país é o que proporciona melhor nível de vida à população, visto que, apresenta os menores índices de pobreza (Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) = 0,769 em 2007 (PNUD (2009))) e uma repartição social equilibrada. É constituída por 24 províncias, Ariana, Beja, Ben Arous, Bizerte, Gabés, Gafsa, Jendouba, Kairouan, Kasserine, Kebili, Kef, Madhia, Manouba, Medenine, Monastir, Nabeul, Sfax, Sidi Bou Zid, Siliana, Sousse, Tataouine, Tozeur, Tunis e Zaghuan.

A Tunísia tem desenvolvido diversos esforços com vista ao seu desenvolvimento, no entanto, insuficientes. Ainda necessita de desenvolver importantes sectores de actividade: infra-estruturas, sector agrícola, industrial e financeiro, como forma de melhorar as condições de vida da população, aumentar o emprego e o conhecimento e permitir o crescimento da economia, daí surgirem grandes oportunidades para as empresas portuguesas investirem.

Ao longo dos últimos anos, as relações económicas entre Portugal e a Tunísia, tem vindo a intensificar-se, muito devido às excelentes relações políticas e institucionais entre estes países, à proximidade entre os mercados, à estabilidade política e social, às relações económicas decorrentes das políticas actuais e do Tratado de Associação com a

⁵ Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros (2010), o Magrebe é constituído pela Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia.

União Europeia⁶ (UE). A importância do mercado tunisino é reafirmada pelas declarações do primeiro-ministro, José Sócrates, aquando da sua visita à Tunísia, no decorrer da visita ao Magrebe, em Março do presente ano, ao referir “[...] a nossa prioridade é o desenvolvimento das relações económicas com a Tunísia, nos últimos anos as nossas exportações para a Tunísia aumentaram muito, [o país] transformou-se num mercado muito importante para nós.” (in Jornal Público, 22/03/2010).

As relações existentes estão patentes nos diversos acordos assinados, nos últimos anos, pelos dois países: Promoção e Protecção Mútuas de Investimentos, Dupla Tributação Internacional, Partenariado, Quadro de Cooperação, Tratado de Amizade, Boa Vizinhaça e Cooperação, Tratado de Extradicação e Tratado de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal (Millennium BCP, 2010).

No decorrer da última década, as empresas portuguesas têm direccionado o seu investimento para este mercado não só pelas excelentes relações entre os países, mas também, pelos factores que este país proporciona aos investidores. Segundo a AICEP (2010), são: (i) proximidade da Europa; (ii) boas conexões aéreas e marítimas; (iii) legislação atractiva; (iv) existência de zonas para instalação de empresas 100% exportadoras, com possibilidade de isenções que poderão chegar à totalidade, no tocante a imposto sobre as sociedades, durante os primeiros 10 anos, com redução a 50% nos 5 anos subsequentes, para além de uma aplicação mais liberal do regime laboral; (v) benefícios excepcionais à instalação de empresas consoante os sectores e as regiões onde se implantem; (vi) existência de mão-de-obra qualificada a preços muito concorrenciais; (vii) programas de ensino técnico e superior em quase todo o país; (viii) empenho do Governo tunisino em melhorar a competitividade do país e (ix) existência de pequenos *clusters* em fase de desenvolvimento e crescimento, nomeadamente, na saúde, tecnologias de informação, indústria automóvel têxtil e calçado.

O facto de a Tunísia atrair muito investimento deve-se ao facto de pertencer a grandes organizações mundiais. Segundo o Millennium BCP, as organizações a que a Tunísia pertence são: Câmara do Comércio Internacional (CCI), Banco Africano de

⁶ O Acordo de Associação entre a Tunísia e a UE entrou em vigor no primeiro dia de 2008 e diz respeito aos produtos industriais. Consiste na isenção de restrições ou formalidades especiais, para os exportadores que realizem operações com a Tunísia, necessitando apenas de um certificado de origem, em duplicado, emitido pelas Câmaras de Comércio e Indústria dos países em questão, que deverá ser legalizado junto da Embaixada da Tunísia em Portugal, posteriormente. Não obstante, este acordo prevê a livre transferência de capitais para os investidores, com excepção de sectores como: minas, energia e finanças, dado que, estes têm legislação específica. (Millennium BCP, 2010)

Desenvolvimento (BAD), Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC), União Africana (UA), União do Magreb Árabe (UMA), Liga dos Estados Árabes (LEA), Fundo Monetário Árabe (FMA) e Acordo de Agir (Marrocos, Jordânia e Egipto), que proporcionam a este país melhores condições para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, para a sua economia.

Não obstante, existem alguns entraves à presença estrangeira na Tunísia, que se devem à não liberalização de alguns sectores, comércio, serviços e agricultura; a qualidade dos produtos não está visível nos preços praticados; a existência de elevada concorrência pelos preços; o baixo poder de compra da população; obstáculos na compreensão mútua e burocracia processual. A dificuldade no relacionamento com as pessoas é outro motivo gerado pelos distintos contextos culturais.

Actualmente, Portugal ocupa a quarta posição no que diz respeito aos investidores na Tunísia, com aproximadamente 35 empresas estabelecidas, em particular, no sector do têxtil, não obstante, o principal volume de negócios corresponde à CIMPOR e SECIL. Este mercado inclui outras grandes empresas portuguesas como por exemplo Corticeira Amorim, EFACEC e SOVENA.

Apresentamos em seguida a evolução do IDP no mercado do Magrebe, como um todo para um melhor enquadramento e, posteriormente, analisaremos os países isoladamente. A Figura 13 ilustra a evolução do IDP no mercado do Magrebe, entre 2004 e 2008. Observamos que os fluxos de investimento, neste mercado, obtiveram um crescimento de 86% relativamente a 2004, enquanto, o investimento nos outros países árabes é diminuto. Este facto resulta dos acordos e incentivos ao investimento mencionados anteriormente.

Figura 13 – Evolução do IDP no Conjunto dos Mercados Árabes

	2004	2008
Mercados do Magreb	€19,5	€38,1
Outros Mercados Árabes	€0,6	€5,6
Total	€20,1	€43,7

86%

Fonte: AICEP Portugal Global (2009), (milhões de euros)

A Figura 14 mostra o investimento realizado pelas empresas portuguesas em cada país do Magrebe, individualmente. Apenas podemos observar os valores para Marrocos e Argélia, o que nos permite concluir que, apesar de todos os esforços efectuados neste campo não são suficientes, uma vez que, os investimentos são reduzidos.

Figura 14 – Evolução do IDP para os Quatro Países do Magrebe

	2004	2008
Marrocos	€14,4	€18,8
Argélia	€3,4	€4,2
Tunísia	n.a	n.a
Líbia	n.a	n.a

Fonte: AICEP Portugal Global (2009), (milhões de euros)

Portugal juntamente com a Tunísia têm um longo caminho a percorrer no futuro. Contudo, o mercado tunisino apresenta uma elevada importância para a economia do nosso país, uma vez que, é o único país do Magrebe onde o comércio externo é favorável a Portugal.

PARTE II – ESTÁGIO NA SCOOP TUNISIE

1. Apresentação da Entidade de Acolhimento

O grupo SCOOP encetou a sua actividade em 1987, com sede no norte de Portugal, onde a presença do sector têxtil é mais forte.

A instalação do grupo SCOOP na Tunísia deve-se a diferentes variáveis destacando-se, por um lado, o custo da mão-de-obra que assume elevada importância neste sector, uma vez que, comparativamente à Europa é mais baixo (o salário mínimo é de 225 dinares tunisinos (TND) = 119,5217€), por outro, os incentivos proporcionados pelos acordos entre a UE e a Tunísia, como referidos na primeira parte deste relatório. Estes factores contribuem para o bom desempenho da empresa, permitindo aumentar a competitividade e assim concorrer com mercados emergentes, como é o caso da China e Índia.

A Scoop Tunísie localiza-se na zona industrial de Ksibet el Mediouni, a 12 km da cidade de Monastir, e trabalha no sector têxtil. Presente na Tunísia, desde 2003, com dois tipos de actividades principais: a produção de roupa técnica e de trabalho (especializada em vestuário de protecção e Gore-Tex impermeável) e a sub-contratação de fabricantes para uma grande variedade de outros produtos, como “casual wear” e desporto. A empresa fabrica produtos acabados, semi-acabados e, em alguns casos, apenas confecciona os artigos recebendo do cliente todos os acessórios assim como o tecido.

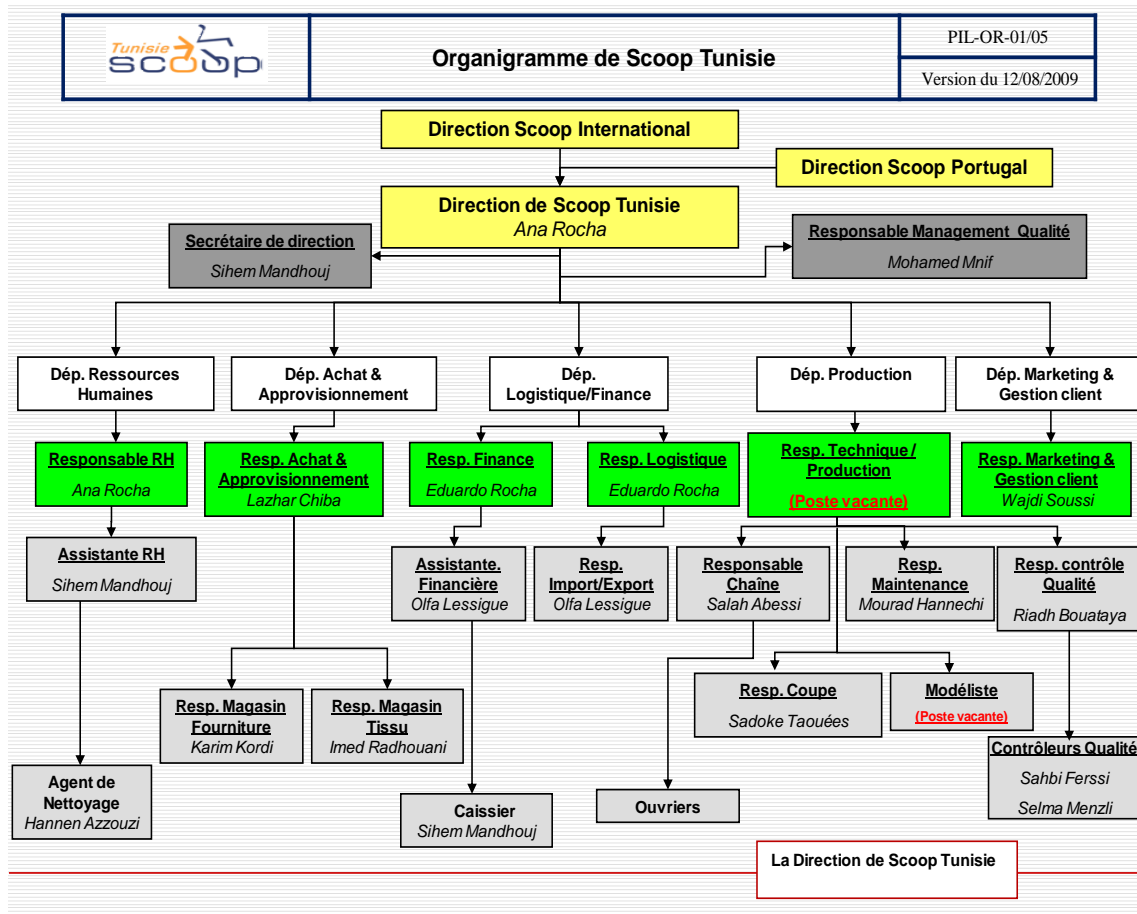
A empresa possui uma linha de produção interna flexível. Esta tem como principal função apoiar, rápida e eficazmente, a produção de pequenas tiragens e amostras de modo a assegurar com satisfação e rapidez a resposta aos clientes. A produção da SCOOP é unicamente para exportação, sendo o espaço europeu, o principal receptor, em particular, Espanha, França, Inglaterra, e Itália.

Actualmente, a SCOOP Tunisie é constituída por 39 funcionários, maioritariamente do sexo feminino, distribuídos pelos vários departamentos, sendo que, a presença feminina é mais evidente na linha de produção. Todos os funcionários são de nacionalidade tunisina com excepção do corpo administrativo que é português.

O sector têxtil tem uma forte presença na Tunísia, representa 36% das exportações deste país, com valores de negócio a rondar os três milhões de euros.

Para melhor compreendermos a sua constituição e todos os departamentos a ela associados, apresentamos de seguida o organigrama da SCOOP Tunisie .

Figura 15 - Organigrama da SCOOP Tunisie



Fonte : Plano de Marketing da SCOOP Tunisie (2010)

Com base no organigrama observamos que o órgão máximo é a direcção SCOOP International, seguindo-se a SCOOP Portugal, surgindo, apenas, em terceiro lugar a direcção da SCOOP Tunisie que, embora com autonomia própria para tomar as decisões que lhe competem, têm de informar os órgãos superiores.

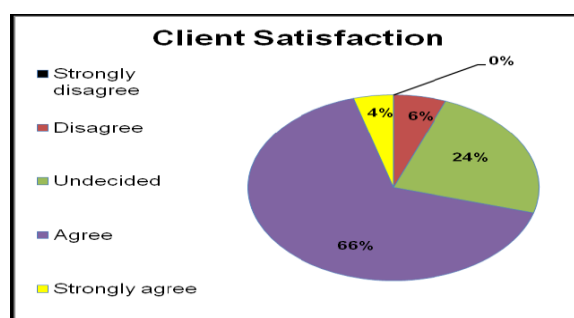
A direcção é o órgão principal da empresa, a partir do qual nascem todos os departamentos subjacentes, os quais estão sujeitos às suas ordens. Existem cinco departamentos: Recursos Humanos, Compras & Aprovisionamento, Logística/Finanças, Produção e Marketing & Gestão de Cliente, sendo que cada um tem um responsável alocado a si, o qual responde por todas as questões relativas ao seu departamento.

A direcção é presidida pela Dra. Ana Rocha que, ao mesmo tempo, dirige o departamento de Recursos Humanos, competindo-lhe todas as funções relativas à direcção da empresa, por um lado, e o recrutamento e questões associadas aos trabalhadores, por outro. O departamento de Compras & Aprovisionamento é responsável pela aquisição de todos os materiais necessários à produção e respectivo controlo e armazenamento dos mesmos. A Logística e Finanças trata de todos os processos inerentes às exportações, pagamentos, vendas e recebimentos. Na produção monitoriza-se o desempenho da produção, verifica-se todos os materiais necessários à mesma e prazos de entrega. Por último, o departamento de Marketing & Gestão de Cliente tem como função acompanhar o cliente e representá-lo localmente, defendendo os seus interesses.

2. Evolução das Vendas

Ao longo dos últimos anos, a SCOOP Tunisie tem realizado esforços com vista à maior satisfação dos seus clientes, sendo a implementação do processo de certificação ISO 9001⁷, ainda não finalizado, um grande impulsionador para a consecução destes esforços. De acordo com o plano de marketing da empresa, a maior parte dos clientes dizem-se satisfeitos quando abordamos a questão do grau de fidelização (Figura 16).

Figura 16 – Grau de Fidelização dos Clientes



Fonte: Plano de Marketing da SCOOP (2010)

⁷ ISO 9001 é um Certificado de referência internacional ao nível dos Sistemas de Gestão da Qualidade. Este reconhece os esforços que a empresa tem efectuado com vista à conformidade dos produtos, satisfação dos clientes e melhorias contínuas.

Contudo, para alcançar melhores resultados, tem desenvolvido esforços. A excelente relação comercial quer dentro da organização, proporcionada pela comunicação entre os membros da “equipa”, quer com os clientes. O cumprimento dos prazos de entrega e o tempo de resposta na satisfação dos pedidos contribuem também para atingir os resultados pretendidos. Todos estes esforços contribuem para aumentar a competitividade da empresa e o número de clientes, colmatando falhas que eventualmente possam persistir, facto que se traduz num aumento do volume de negócios.

O Quadro 6 mostra a evolução das vendas nos últimos 5 anos em dinares tunisinos.⁸ Observa-se que o volume das vendas têm aumentado, facto que nos permite concluir que, apesar da crise internacional, a SCOOP tem realizado uma boa política de vendas.

Quadro 6 – Evolução das Vendas, 2005-2009 (TND)

Ano	Montante
2005	1.719.481,197
2006	1.725.934,313
2007	1.856.055,708
2008	2.443.694.989
2009	2.600.711, 878

Fonte: SOOP (2010)

Esta evolução do montante das vendas está relacionada com outros factores, em particular, parcerias com clientes, divulgação do negócio efectuado com base em feiras, brochuras e site. O desenvolvimento de novos mercados e novos produtos em novos mercados ou em mercados já existentes também contribuem para o crescimento da empresa.

⁸ O dinar tunisino (TND) é a moeda oficial da Tunísia. Cada ano é pré-fixada uma taxa de câmbio, uma vez que, há oscilações durante o ano relativamente à moeda. No final do ano, a taxa de câmbio é rectificada, alterando-se todos os valores no balanço final, podendo haver ganhos ou perdas. Em 2009, a taxa considerada foi 1€=1,89TND e em 2008 foi 1€=1,84.

3. Actividades Desenvolvidas na Empresa

Neste ponto, abordamos de forma descritiva as actividades desenvolvidas, ao longo dos seis meses de estágio.

- 1 – Estágio na Société d'Assistance et de Commerce (SAC)⁹;
- 2 - Controlo de stocks;
- 3 – Controlo de encomendas da linha da SCOOP;
- 4 – Quantificação de custos e despesas;
- 5 – Participação na Texmed 2010;
- 6 – Desenvolvimento de um novo projecto;
- 7 – Tarefas realizadas para a AICEP.

3.1. Estágio na SAC

O estágio, com duração de apenas duas semanas proporcionado pela Dra. Ana Rocha, teve como propósito fornecer um conhecimento mais prático e amplo de todos os processos respeitantes à empresa, facilitando a integração na equipa por um lado, e proporcionando um conhecimento mais detalhado da realidade empresarial tunisina, por outro.

Estas duas semanas de trabalho foram delineadas com o intuito de conhecer a realidade particular de cada um dos departamentos, mais especificamente, contabilidade, financeiro, jurídico, seguros e “service transit”.

Na contabilidade aprendemos a movimentar as contas (débito/crédito) relativas a processamento de facturas, recibos, salários, assim como o funcionamento do balanço, balancete e Grand livre¹⁰.

O departamento financeiro funciona como um “equilíbrio de contas”, uma vez que, controla todos os movimentos efectuados relativos a contas, pagamentos e recebimentos, em euros e dinares tunisinos. Este conhecimento permite fazer uma previsão dos montantes necessários pela empresa para o mês seguinte, no entanto,

⁹ Société d'Assistance et de Commerce (SAC) é a sociedade que desempenha todo o processo de contabilístico, financeiro, jurídico, seguros e “service transit” da SCOOP. A razão da subcontratação destes serviços prende-se com o conhecimento que esta sociedade possui acerca das burocracias e obstáculos existentes no mercado.

¹⁰ Grand livre é o sistema que contém todas as operações registadas pela empresa, ao longo do ano.

existem meses mais sobrecarregados que outros, consequência do pagamento à segurança social que se efectua de três em três meses.

A passagem pelo departamento jurídico e seguros foi mais rápido, dado que, no primeiro, foi-nos explicado todo o processo envolvente à criação de uma empresa bem como todos os documentos exigidos. No que diz respeito aos seguros, a empresa possui seguros das instalações, responsabilidade civil, produção, viaturas e seguros para o transporte de mercadoria. A empresa apenas detém este último seguro para dois clientes, sendo que os restantes clientes possuem os seus próprios seguros.

Por fim, no “service transit” efectuam-se todas as operações de importação, exportação e subcontratação de serviços (Soumission General). Esta subcontratação consiste na contratação de uma empresa, por parte da SCOOP, para realizar parte do seu trabalho em virtude da falta de tempo/meios num período de tempo fixado para cumprir contratos. Os dossiês de importação e exportação são compostos por diversos documentos.

3.2. Controlo de stocks

A nossa passagem pelo controlo de stocks realizou-se nos primeiros dias de estágio na empresa, após o estágio na SAC, dado que estávamos no início do ano e o balanço ainda não estava concluído. A nossa tarefa consistiu na comparação das existências iniciais e existências finais, rectificando os valores no sistema informático.

3.3. Controlo de encomendas da linha da SCOOP

O facto de algumas das encomendas que estão previstas na linha de produção da SCOOP serem desviadas para outras empresas subcontratadas permite que não haja, por parte dos funcionários da SCOOP, o controlo que deveria existir. Por conseguinte, o valor relativo ao volume de vendas efectuado não é o correcto, uma vez que, as encomendas não são reportadas nos respectivos documentos, facto conducente a que não seja possível contabilizar o total da linha de produção. A incapacidade de quantificação do total de vendas resulta do facto de, por um lado, os trabalhadores não cumprirem com todas as formalidades respeitantes a cada encomenda realizada e, por outro, pelo esquecimento de preencher os documentos respeitantes.

Assim sendo, elaboramos uma tabela onde colocamos todas as encomendas realizadas na própria linha com o intuito de apurar o total de vendas. Contudo, para além dos problemas mencionados, não existia uma correspondência de documentos, pois, existiam algumas encomendas que não possuíam documento referente à ficha de corte¹¹ e o inverso e algumas fichas de corte que não estavam nas encomendas. Este trabalho foi efectuado por nós para o ano de 2008, 2009 e até ao momento (2010).

Este trabalho permitiu à SCOOP diminuir as falhas existentes, conduzindo a uma melhoria na sua gestão e eficiência.

3.4. Quantificação de Custos e Despesas

Na quantificação de custos e despesas recorreremos ao cálculo de várias tabelas como forma de identificarmos os custos/proveitos e, por conseguinte os lucros da SCOOP.

O trabalho efectuado dividiu-se em três partes: (i) a comparação dos custos/proveitos de 2008 e 2009 (cf. Anexo 6), como forma de perceber qual a situação e desempenho da empresa; (ii) o apuramento dos custos associados à linha de produção interna da SCOOP (cf. Anexo 7), para entender se é compensatório a existência de uma linha interna ou se é preferível subcontratar, em virtude da primeira se tornar dispendiosa; e (iii) o cálculo de todos os custos especificados discriminados (Quadro 7), relativos ao ano de 2009. O trabalho realizado nestas três tarefas contribuiu para o conhecimento mais aprofundado dos custos existentes e, por conseguinte, permitiu um melhor controlo por parte da empresa de forma a melhorar, futuramente, o seu desempenho. Todo este conhecimento permite aos responsáveis ter a noção dos custos necessários à manutenção das actividades essenciais como é o caso das compras e vendas, assim como, efectuar previsões.

É importante salientar que, no apuramento dos custos afectos à linha interna da SCOOP, o saldo que consta no Anexo 7 é negativo, o que, não corresponde à realidade. Na verdade, este resulta da falta de documentos, como já abordamos na tarefa relativa ao controlo de encomendas da SCOOP.

O Quadro 7 mostra uma síntese do custo total referente ao ano de 2009. Os custos, numa primeira fase, foram efectuados individualmente, como forma de facilitar o

¹¹ A ficha de corte é um documento que os trabalhadores têm que preencher aquando do corte do material para efectuar a produção.

cálculo total, como está presente no Anexo 8. Como observamos no Quadro 7, algumas das actividades realizadas na empresa foram subvencionadas pelo Centre de Promotion de Exportations (CEPEX), com o objectivo de impulsionar o desenvolvimento da SCOOP. No caso concreto das feiras, apenas são subvencionadas as feiras realizadas em mercados onde a SCOOP não possui clientes, com o propósito de ampliar o mercado de exportação da SCOOP.

O Quadro 7, além do custo relativo às feiras, contempla áreas como: publicidade e comunicação, visita a clientes, aquisição de material informático e de produção, certificação, salários e, por último, a linha de produção.

Quadro 7 – Custos da SCOOP, em 2009

Coûts 2009	Total	Total subvention	TOTAL réél
	TND	TND	TND
Coûts foires	26.329,21	10.155,00	16.174,21
Publicité et communication	7.554,04	3.024,00	4.530,04
Visites aux clients	4.250,49	0,00	4.250,49
Materiel informatique	11.797,24	0,00	11.797,24
Materiel production	3.320,00	0,00	3.320,00
Certification	11.000,00	7.700,00	3.300,00
Salaire	416.320,00	0,00	416.320,00
Ligne de production	184.970,95	0,00	184.970,95
TOTAL	665.541,92	20.879,00	644.662,92

Fonte: Concepção própria

3.5. Participação na Texmed

A Texmed é o salão Euro-Mediterrânico do vestuário que se realiza em Tunis, capital da Tunísia. Nesta estão presentes, a par das empresas tunisinas, diversas empresas estrangeiras oriundas de Itália, Marrocos, Turquia, Jordânia e Portugal. Este salão tem vindo a desempenhar cada vez mais um papel preponderante no desenvolvimento de oportunidades de negócio e parcerias nas áreas do têxtil, vestuário e acessórios, sobretudo no espaço Euro-Mediterrânico.

Este tipo de iniciativa permite a troca de contactos nos stands, possibilita o intercâmbio de conhecimento entre empresas, expõe os produtos e as actividades desenvolvidas e contribui para angariar novos clientes e fornecedores, melhorando o seu desempenho e potencializando o negócio.

3.6. Desenvolvimento de um novo projecto

O projecto em concepção, em princípio, designar-se-á por COTTON CANDY e visa a criação de uma marca de vestuário de bebé e criança desenvolvida a partir de fibras têxteis ecológicas como, por exemplo, algodão orgânico, soja, algas e bambu.

A criação deste novo projecto nasceu associado à crescente preocupação da empresa para com o ambiente. A responsabilidade cívica que cada indivíduo ou entidade expressa e desenvolve, ou pelo menos devia, face ao meio ambiente fomenta a criação de eventuais soluções com vista à sua resolução ou, pelo menos, à sua minimização, com o propósito de promover a sustentabilidade ambiental, melhorando a qualidade de vida das populações e preservando o futuro das próximas gerações.

Este trabalho, desenvolvido em parceria com outros membros da empresa, consistiu na elaboração de um plano de negócios (não concluído) onde constasse toda a informação necessária para a concretização deste propósito.

Numa primeira fase, está previsto a criação de um site para venda dos produtos, onde existiria um carrinho de compras. No site existirá toda a informação relativa aos produtos existentes, com indicação de preços, cores e tamanhos, assim como, informação referente ao custo de transporte do produto, proporcionando ao cliente o custo total da compra da peça. O custo de transporte é um aspecto importante, dado que, a Tunísia não tem muitos meios com a agravante de serem morosos e alguns

dispendiosos, dependendo da pesagem dos artigos. Por este motivo é fundamental o estudo dos custos relativos ao envio de encomendas (cf. Anexo 5). Com a criação do site pretende-se proporcionar aos responsáveis o feedback dos produtos no mercado.

Numa fase posterior, efectuar-se-á a venda dos produtos em lojas próprias ou através de revendedores, contribuindo para o aumento do volume de negócios.

3.7. Tarefas realizadas para a AICEP

No âmbito da realização deste estágio efectuamos dois trabalhos extra, a pedido da AICEP. Um dos trabalhos, por nós já referido na introdução, foi a realização de um DPP, no qual, poderíamos abordar qualquer tema à nossa escolha. Este trabalho foi realizado em duas etapas, uma vez que, foi fixada uma data para entrega da primeira versão e respectivo feedback e, uma segunda data para entrega final. A realização deste trabalho foi bastante produtiva, pois, o tema elegido suscitou um maior interesse pela problemática do investimento e, por conseguinte, a realização deste relatório.

O outro trabalho que realizamos intitulou-se “UM Estágio, Uma Nova Empresa”. Consistiu na pesquisa de cinco empresas presentes no mercado, nas mais diversas áreas de negócio, que pudessem num futuro acolher estagiários ao abrigo do programa Inov Contacto. Após a selecção, submetemos a proposta para aprovação da AICEP. Obtida a aprovação, elegemos três das cinco empresas para efectuar uma apresentação do programa e da AICEP, na qual tivemos de “convencer” pelo menos uma das empresas a efectuar a sua inscrição na edição do próximo ano do programa. As empresas contactadas por nós foram a EFACEC, Solinhas, Divmac, Diviminho e SOVENA, sendo que, apenas a Diviminho estava efectivamente interessada.

Este trabalho foi, sem dúvida, aliciante e enriquecedor porque permitiu-nos desenvolver competências, assim como, incrementar e aprofundar o conhecimento da realidade empresarial das empresas portuguesas na Tunísia.

4. Contributo do Estágio

O estágio realizado constituiu, indubitavelmente, uma experiência única e enriquecedora a nível pessoal e profissional.

No decorrer destes meses, fomos adquirindo experiência e saberes nucleares para o desempenho e manuseamento de ferramentas nas múltiplas funções. Os conhecimentos

teóricos adquiridos na universidade, ao longo dos últimos anos, nas mais diversas áreas e, em particular, contabilidade financeira, controlo de gestão, direito económico e fiscalidade, constituíram uma ferramenta fundamental para o estágio profissional.

A Tunísia sendo um país em desenvolvimento e pertencendo a um contexto económico diferente do nosso, permitiu-nos encarar o estágio como um desafio. O contacto com uma cultura diferente, com pessoas e pensamentos distintos contribuiu, indiscutivelmente, para uma maior abertura face ao mundo empresarial e, em particular, à internacionalização das empresas que tem assumido grande importância nos últimos anos, conduzindo à emergência de novos mercados e, portanto, a novas e inovadoras oportunidades.

A experiência e o conhecimento adquirido, nas múltiplas dimensões, foram, sem dúvida, positivos, contribuindo, por outro lado, para um conhecimento mais profundo e significativo do sector têxtil.

Conclusão

No presente relatório desenvolvemos o Investimento Directo Estrangeiro abordando, em particular, o IDPE nos PALOP e na Tunísia e descrevemos as funções e actividades desenvolvidas no decorrer do estágio na SCOOP Tunisie, Tunísia. Face ao trabalho desenvolvido parece-nos importante enunciar as seguintes conclusões:

A) O Investimento Directo Estrangeiro tem assumido elevada importância ao longo dos últimos anos. A escolha dos receptores destes fluxos é efectuada de acordo com diversos determinantes: económicos, políticos e de promoção de negócios. Este tipo de investimento contribui para o crescimento e desenvolvimento de ambas as economias.

B) A crise económica internacional conduziu à procura de novos mercados. África, pelos recursos naturais de extrema importância como o petróleo, gás natural, carvão e urânio tem assumido elevado interesse por parte dos investidores.

O IDE no continente africano evoluiu positivamente entre 2002 e 2008, sofrendo uma ligeira diminuição, em 2009, consequência da conjuntura económica actual. O investimento realizado neste continente provém, maioritariamente, de países desenvolvidos. Apesar da diminuição verificada em 2009, os fluxos relativos aos países em desenvolvimento tem aumentado, destacando-se os fluxos provenientes do continente asiático. Os principais receptores de investimento em África, segundo dados da UNCTAD, são Angola, Egipto, Nigéria, África do Sul e Sudão.

C) Em relação ao IDPE, concluímos que Portugal possui saldo negativo. Os países que atraem mais investimento português são Holanda, Espanha, Angola e Brasil, consequência do deslocamento de holdings, da proximidade geográfica e desenvolvimento e da proximidade cultural. Os principais sectores de actividade receptores deste investimento são as actividades imobiliárias, actividades financeiras e construção.

D) Abordando, particularmente, os PALOP e a Tunísia concluímos que, no caso dos PALOP, os fluxos têm aumentado, sendo que Angola, Moçambique e Cabo Verde são os principais destinatários. Dado que, são países em reconstrução e com deficiências nas

infra-estruturas, o sector da construção é o principal receptor do investimento. Por outro lado, a Tunísia tem-se revelado um potencial parceiro comercial para Portugal, em parte, resultado dos acordos de cooperação entre ambos, o que demonstra o elevado interesse nestas relações. O facto dos fluxos de investimento serem diminutos revela que, ainda, existe um longo percurso a desenvolver.

E) O estágio realizado na Tunísia, ao abrigo do programa Inov Contacto, proporcionou uma oportunidade única de aprendizagem, de consolidação e aprofundamento de conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico e, não menos importante, de contacto e conhecimento de uma realidade empresarial diferente. Mais ainda, permitiu experienciar uma nova realidade cultural e empresarial, intervir directamente no mercado de trabalho, contribuir para o desenvolvimento e crescimento da empresa de acolhimento e colaborar na concepção de medidas a implementar no sentido de colmatar falhas existentes.

O apuramento dos custos relativos a 2009 permitiu aos responsáveis conhecer a realidade económica da empresa e avaliar todos os gastos actuais de modo a maximizar o desempenho da empresa para 2010. O ano de 2009, comparativamente a 2008, apresenta melhores resultados consequência, pelo menos em parte, dos esforços realizados. Ao nível do processamento de encomendas, a empresa ainda tem um longo trabalho a desenvolver, que passa, em nossa opinião, por um controlo mais intensivo dos trabalhadores.

Todos os esforços realizados pela SCOOP contribuem para o aumento da competitividade relativamente a outras empresas e mercados.

Concluindo, o estágio na SCOOP proporcionou, indiscutivelmente, uma mais-valia para o futuro profissional que se avizinha.

Bibliografia

1. Livros e Artigos

AICEP Portugal Global (2010) *Portugal – Ficha País*, [consulta em 07/04/2010], disponível em http://alencastre.ipapercms.dk/AICEP/informacao_portugal/ficha_pais_PT/?Page=9/.

AICEP Portugal Global (2009) *Presença Económica Portuguesa nos Países Árabes*, [consulta em 12/03/2010], disponível em www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/EdicaoAicepPortugalGlobal/Documents/Pa%C3%ADses_Arabes.ppt.

AICEP Portugal Global (2010) *Tunísia – Oportunidades e Dificuldades do Mercado*, [consulta em 08/07/2010], disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx/>.

Banco de Portugal (2010) *Evolução das Economias dos PALOP e Timor-Leste*, Lisboa, Publicações, [consulta em 07/04/2010], disponível em <http://www.bportugal.pt/>.

Corporate International Services, Millennium Trade Solutions, International Business Platform (2010) *Tunísia*, Millennium BCP, [consulta em Julho 2010], disponível em <http://corp.millenniumbcp.pt/pt/public/negociointernacional/presencainternacional/Documents/Tunisia.pdf>.

Crespo, Nuno; Fontoura, Maria Paula (2009) *Efeitos Indirectos do IDE para as Empresas Nacionais e a Evidência Empírica para Portugal*, Lisboa, Ensaios, BMEP, GEE\GPEARI.

DPP (2010) *Crescimento do Investimento Português em África*, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa, (não publicado).

Embaixada de Portugal em Luanda, *Investimento Directo Português no Estrangeiro*, [consulta em Março 2010], disponível em <http://www.embaixadadeportugal-luanda.com.pt/>.

GEE (2006) *Investimento Directo Exterior em Portugal e Portugal no Exterior*, Conceitos, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, [consulta em 30/04/2010], disponível em <http://www.gee.min-economia.pt/>.

GEE (2007) *Relacionamento Económico com África*, Boletim Mensal do Comércio Internacional, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, [consulta em 30/04/2010], disponível em <http://www.gee.min-economia.pt/>.

Jesus, Mário (2005) *Portugal e Angola – uma relação de futuro*, Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais – Fórum de Reflexão Económico e Social, [consulta em 10/03/2010], disponível em http://www.ciari.org/opiniaio/Portugal_Angola_relacao-de-futuro.pdf.

Medeiros, Eduardo Raposo (1994) *Economia Internacional*, Lisboa, 4ª Edição, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

Nascimento, Lidiane (2008) *Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde*, Dissertação Submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas, Lisboa, ISCTE Business School, disponível em https://repositorioiul.iscte.pt/bitstream/10071/1450/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_IDE_CV.pdf.

Plano de Marketing da SCOOP Tunisie (2010) SCOOP Tunisie, Tunísia.

Plano de Negócios (2010) SCOOP Tunisie, Tunísia.

PNUD (2009) *Human Development Report 2009 – HDI rankings*, [consulta em Julho 2010], disponível em <http://hdr.undp.org/en/statistics/>.

Rututo, Adolfo Samuel (2008) *O Investimento Directo Português em Moçambique: Determinantes e Estratégias Empresariais*, Tese de Mestrado, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

Serrano, João Monteiro (2001) *Processos de Tomada de Decisão – Estudo das decisões de investimento português num país estrangeiro*, Lisboa, Garrido Editores.

Silva, Joaquim Ramos (2006) “O Investimento Directo Estrangeiro” in António Romão (org.) *A Economia Portuguesa 20 Anos Após a Adesão*, Coimbra, Almedina, pp. 491-518.

UNCTAD (2010) *World Investment Report – Investing in a Low-Carbon Economy*, United Nations Conference on Trade and Development, United Nations, New York and Geneva, 20th anniversary edition, [consulta em Julho 2010] disponível em http://www.unctad.org/en/docs/wir2010_en.pdf, pp.31-37.

2. Sites consultados

AGOA, [consulta em Julho de 2010], disponível em <http://www.agoa.info/>.

AICEP Portugal Global, [consulta em Março de 2010], disponível em, <http://www.portugalglobal.pt/>.

Banco de Portugal, [consulta em Março de 2010], disponível em, <http://www.bportugal.pt/>.

EC, [consulta em Julho de 2010], disponível em <http://ec.europa.eu/trade/wider-agenda/development/generalised-system-of-preferences/everything-but-arms/>.

GEE, [consulta em Março de 2010], disponível em <http://www.gee.min-economia.pt/>.

Jornal o Público, [consulta em 25/03/2010], disponível em http://economia.publico.pt/Noticia/portugal-e-tunisia-assinam-protocolo-de-cooperacao-em-energias-renovaveis_1428856.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, [consulta em Junho de 2010], disponível em <http://www.mne.gov.pt/mne/pt/infopolitica/polexternas/magrebe/>.

SCOOP Tunisie, [consulta em Fevereiro de 2010], disponível em <http://www.scooptunisie.com/>.

UNCTAD, [consulta em Julho de 2010], disponível em <http://www.unctad.org/>.

<http://www.mariomarcia.com/FotosViagens/Africa/Tunisia/TunisiaCenter.htm>.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Africa_map_regions.svg

Anexos

Anexo 1 – Fluxos de IDE por Região 2007-2009 (bilhões de dólares e percentagem)

Region	FDI inflows			FDI outflows		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
World	2 100	1 771	1 114	2 268	1 929	1 101
Developed economies	1 444	1 018	566	1 924	1 572	821
Developing economies	565	630	478	292	296	229
Africa	63	72	59	11	10	5
Latin America and the Caribbean	164	183	117	56	82	47
West Asia	78	90	68	47	38	23
South, East and South-East Asia	259	282	233	178	166	153
South-East Europe and the CIS	91	123	70	52	61	51
<i>Memorandum: percentage share in world FDI flows</i>						
Developed economies	68.8	57.5	50.8	84.8	81.5	74.5
Developing economies	26.9	35.6	42.9	12.9	15.4	20.8
Africa	3.0	4.1	5.3	0.5	0.5	0.5
Latin America and the Caribbean	7.8	10.3	10.5	2.5	4.3	4.3
West Asia	3.7	5.1	6.1	2.1	2.0	2.1
South, East and South-East Asia	12.3	15.9	20.9	7.9	8.6	13.9
South-East Europe and CIS	4.3	6.9	6.3	2.3	3.1	4.6

Fonte: *World Investment Report* (2010: 31), UNCTAD

Anexo 2 – Distribuição dos Fluxos de IDE entre Economias, por ordem, 2009

Range	Inflows	Outflows
Above \$3.0 billion	Angola, Egypt, Nigeria, South Africa and Sudan	
\$2.0 to \$2.9 billion	Algeria, Libyan Arab Jamahiriya and Congo	
\$1.0 to \$1.9 billion	Tunisia, Ghana, Equatorial Guinea and Morocco	South Africa and Libyan Arab Jamahiriya
\$0.5 to \$0.9 billion	Zambia, Democratic Republic of the Congo, Mozambique, Uganda, Niger, United Republic of Tanzania, Madagascar and Namibia	Egypt
\$0.2 to \$0.4 billion	Chad, Côte d' Ivoire, Liberia, Cameroon, Mauritius, Seychelles, Botswana and Senegal	Morocco, Liberia and Algeria
Below \$0.1 billion	Burkina Faso, Guinea, Kenya, Cape Verde, Rwanda, Mali, Somalia, Djibouti, Ethiopia, Benin, Swaziland, Malawi, Zimbabwe, Togo, Lesotho, Gambia, Central African Republic, São Tomé and Príncipe, Sierra Leone, Gabon, Guinea-Bissau, Burundi, Comoros, Eritrea and Mauritania	Nigeria, Gabon, Tunisia, Kenya, Sudan, Mauritius, Democratic Republic of the Congo, Senegal, Rwanda, Niger, Angola, Ghana, Seychelles, São Tomé and Príncipe, Mali, Botswana, Mozambique, Malawi, Burkina Faso, Guinea-Bissau, Zimbabwe, Cape Verde, Namibia, Benin, Côte d' Ivoire, Swaziland, Cameroon and Togo

Fonte: *World Investment Report* (2010: 32), UNCTAD

Anexo 3 – Investimento Directo de Portugal no Exterior: Janeiro a Maio

	INVESTIMENTO				DESINVESTIMENTO				LÍQUIDO	
	2009	2010	% Tot. 10	Var. %	2009	2010	% Tot. 10	Var. %	2009	2010
Total	2.975.624	2.118.903	100,0	-28,8	2.235.649	1.679.178	100,0	-24,9	739.975	439.725
Holanda	718.376	448.662	21,2	-37,5	439.279	411.132	24,5	-6,4	279.097	37.530
Espanha	811.525	366.016	17,3	-54,9	759.201	301.472	18,0	-60,3	52.324	64.544
Brasil	165.480	276.343	13,0	67,0	23.399	77.367	4,6	230,6	142.081	198.976
Polónia	n.d.	183.808	8,7	n.d.	n.d.	5.912	0,4	n.d.	n.d.	177.896
Angola	n.d.	103.157	4,9	n.d.	n.d.	135.955	8,1	n.d.	n.d.	-32.798
EUA	76.598	77.770	3,7	1,5	39.732	7.697	0,5	-80,6	36.866	70.073
Roménia	n.d.	66.968	3,2	n.d.	n.d.	1.963	0,1	n.d.	n.d.	65.005
Hungria	n.d.	66.119	3,1	n.d.	n.d.	239	0,0	n.d.	n.d.	65.880
Reino Unido	38.406	57.998	2,7	51,0	73.825	17.518	1,0	-76,3	-35.419	40.480
Dinamarca	n.d.	35.861	1,7	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	35.861
Irlanda	n.d.	33.285	1,6	n.d.	n.d.	17.393	1,0	n.d.	n.d.	15.892
Suiça	4.594	27.827	1,3	505,7	9.936	5.594	0,3	-43,7	-5.342	22.233
França	65.186	23.279	1,1	-64,3	34.085	26.507	1,6	-22,2	31.101	-3.228
Turquia	n.d.	19.525	0,9	n.d.	n.d.	767	0,0	n.d.	n.d.	18.758
Itália	13.214	18.575	0,9	40,6	7.339	5.240	0,3	-28,6	5.875	13.335
Alemanha	63.032	14.007	0,7	-77,8	118.584	11.304	0,7	-90,5	-55.552	2.703
Luxemburgo	n.d.	13.812	0,7	n.d.	n.d.	1.610	0,1	n.d.	n.d.	12.202
Moçambique	n.d.	10.568	0,5	n.d.	n.d.	3.880	0,2	n.d.	n.d.	6.688
África do Sul	n.d.	4.918	0,2	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	4.918
Cabo Verde	n.d.	4.790	0,2	n.d.	n.d.	9.184	0,5	n.d.	n.d.	-4.394
México	n.d.	3.869	0,2	n.d.	n.d.	1.105	0,1	n.d.	n.d.	2.764
Canadá	n.d.	3.453	0,2	n.d.	n.d.	5.835	0,3	n.d.	n.d.	-2.382
Venezuela	n.d.	3.106	0,1	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	3.106
Marrocos	n.d.	2.857	0,1	n.d.	n.d.	390.592	23,3	n.d.	n.d.	-387.735
Ucrânia	n.d.	2.488	0,1	n.d.	n.d.	8	0,0	n.d.	n.d.	2.480
Austrália	n.d.	2.434	0,1	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	2.434
Grécia	n.d.	2.377	0,1	n.d.	n.d.	1.490	0,1	n.d.	n.d.	887
Argélia	n.d.	1.987	0,1	n.d.	n.d.	23.526	1,4	n.d.	n.d.	-21.539
Argentina	n.d.	1.873	0,1	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	1.873
São Tomé e Príncipe	n.d.	1.569	0,1	n.d.	n.d.	5.271	0,3	n.d.	n.d.	-3.702
Áustria	n.d.	1.488	0,1	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	1.488
Checa, Rep.	n.d.	1.235	0,1	n.d.	n.d.	1	0,0	n.d.	n.d.	1.234
Finlândia	n.d.	1.218	0,1	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	1.218
Eslováquia	n.d.	851	0,0	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	851
Bélgica	962	649	0,0	-32,5	1.944	537	0,0	-72,4	-982	112
Bulgária	n.d.	478	0,0	n.d.	n.d.	2	0,0	n.d.	n.d.	476
Suécia	n.d.	233	0,0	n.d.	n.d.	3	0,0	n.d.	n.d.	230
Rússia	n.d.	225	0,0	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	225
Malta	n.d.	201	0,0	n.d.	n.d.	1.031	0,1	n.d.	n.d.	-830
China	n.d.	154	0,0	n.d.	n.d.	1	0,0	n.d.	n.d.	153
Nigéria	n.d.	133	0,0	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	133
Índia	n.d.	120	0,0	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	120
Guiné-Bissau	n.d.	76	0,0	n.d.	n.d.	1.016	0,1	n.d.	n.d.	-940
Chipre	n.d.	44	0,0	n.d.	n.d.	200	0,0	n.d.	n.d.	-156
Eslovénia	n.d.	7	0,0	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	7
Japão	n.d.	4	0,0	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	4
Coreia, Rep.	n.d.	2	0,0	n.d.	n.d.	10.551	0,6	n.d.	n.d.	-10.549
Noruega	n.d.	2	0,0	n.d.	n.d.	276	0,0	n.d.	n.d.	-274
Egipto	n.d.	1	0,0	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	1

Arábia Saudita	n.d.		0,0	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	0
Estónia	n.d.		0,0	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	0
Islândia	n.d.		0,0	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	0
Letónia	n.d.		0,0	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	0
Lituânia	n.d.		0,0	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	0
Nova Zelândia	n.d.		0,0	n.d.	n.d.		0,0	n.d.	n.d.	0
AMOSTRA	--	1.886.422	89,0	--	--	1.482.179	88,3	--	--	--

Fonte: AICEP Portugal Global (2010)

Anexos 4 – Investimento Líquido: Janeiro a Maio de 2010

TIPO DE OPERAÇÃO	2009	% Tot	2010	% Tot	Var. %	Cont. p.p.
Créditos, empréstimos e suprimentos	318	43,0	486	110,6	52,8	22,7
Lucros reinvestidos	454	61,4	246	55,9	-45,9	-28,2
Operações sobre imóveis	5	0,7	2	0,4	-66,5	-0,5
No capital de empresas	-100	-13,5	-365	-83,1	265,1	-35,8
Outras operações	62	8,4	71	16,2	14,5	1,2
TOTAL	740	100,0	440	100,0	-40,6	-40,6
SECTOR DE ACTIVIDADE (da empresa residente)	2009	% Tot	2010	% Tot	Var. %	Cont. p.p.
Actividades financeiras	238	32,2	280	63,7	17,5	5,6
Comércio por grosso e a retalho	127	17,2	163	37,1	28,2	4,9
Indústrias transformadoras	49	6,7	71	16,2	44,6	3,0
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	5	0,6	40	9,2	769,9	4,8
Prod. e dist. de electricidade, de gás e de água	4	0,5	11	2,5	186,9	1,0
Transportes, armazenagem e comunicações	4	0,6	6	1,4	37,7	0,2
Activ. imobiliárias, alugueres e serv. prest. às empresas	382	51,6	-11	-2,4	102,8	-53,0
Construção	-74	-10,0	-144	-32,8	95,0	-9,5
Outros	4	0,6	22	5,1	424,3	2,5
TOTAL	740	100,0	440	100,0	-40,6	-40,6
PAÍS DE DESTINO (5 > cresc. positivos e negativos)	2009	% Tot	2010	% Tot	Var. %	Cont. p.p.
Brasil	142	4,8	199	9,4	40,0	1,9
Polónia	n.d.	n.d.	178	8,4	n.d.	n.d.
Estados Unidos da América	37	1,2	70	3,3	90,1	1,1
Hungria	n.d.	n.d.	66	3,1	n.d.	n.d.
Roménia	n.d.	n.d.	65	3,1	n.d.	n.d.
Cabo Verde	n.d.	n.d.	-4	-0,2	n.d.	n.d.
Coreia, República da	n.d.	n.d.	-11	-0,5	n.d.	n.d.
Argélia	n.d.	n.d.	-22	-1,0	n.d.	n.d.
Angola	n.d.	n.d.	-33	-1,5	n.d.	n.d.
Marrocos	n.d.	n.d.	-388	-18,3	n.d.	n.d.
TOTAL	2.976	100,0	2.119	100,0	-28,8	-28,8
	2009	% Tot	2010	% Tot	Var. %	Cont. p.p.
União Europeia	443	14,9	534	25,2	20,3	3,0
Resto do Mundo	2.532	85,1	1.585	74,8	-37,4	-31,8
TOTAL	2.976	100,0	2.119	100,0	-28,8	-28,8

Fonte: AICEP Portugal Global (2010), (milhões de euros)

n.d. – não disponível

cont. p.p. – contribuição de cada rubrica, em pontos percentuais, para o crescimento global.

Anexo 5 – Custos de Envio de Encomendas

Tarifs des Colis Postaux du régime intérieur

Taxe fixe par Colis de 2 Kg	3,000 DT
Taxe par 1 kg ou fraction de 1 kg supplémentaire	0,200 DT

Tarifs des Colis du régime international

	UMA	Pays Arabes et Europe	Reste du monde
Taxe fixe par Colis de 2 Kg	6,000 DT	9,000 DT	15,000 DT
Taxe par 1 Kg ou fraction de 1 Kg supplémentaire	2,000 DT	2,800 DT	7,000 DT

7/05/2005 09:21 73221300 AGENCE RAPID SOUSSE PAGE 02

LA POSTE TUNISIENNE البريد التونسي

Rapid-Poste
TARIFS du Régime international
 à partir du 15 octobre 1999 .

Référence : Circulaire de Monsieur le Directeur Général de l'Office National
 des Postes n° 158 en date du 6 octobre 1999 .

**Nouveaux Tarifs du
 service Rapid-Poste Personnalisé.**

Tranche de poids	Pays du Maghreb (UMA)	Europe et Pays Arabes	Reste du Monde
Jusqu'à 1 Kg	22.000 DT	25.000 DT	35.000 DT
Sup à 1 Kg et jusqu'à 2 Kg	29.000 DT	37.000 DT	50.000 DT
Sup à 2 Kg et jusqu'à 3 Kg	36.000 DT	49.000 DT	65.000 DT
Sup à 3 Kg et jusqu'à 4 Kg	43.000 DT	61.000 DT	80.000 DT
Sup à 4 Kg et jusqu'à 5 Kg	50.000 DT	73.000 DT	95.000 DT
Sup à 5 Kg et jusqu'à 6 Kg	57.000 DT	85.000 DT	110.000 DT
Sup à 6 Kg et jusqu'à 7 Kg	64.000 DT	97.000 DT	125.000 DT
Sup à 7 Kg et jusqu'à 8 Kg	71.000 DT	109.000 DT	140.000 DT
Sup à 8 Kg et jusqu'à 9 Kg	78.000 DT	121.000 DT	155.000 DT
Sup à 9 Kg et jusqu'à 10 Kg	85.000 DT	133.000 DT	170.000 DT
Sup à 10 Kg et jusqu'à 11 Kg	92.000 DT	145.000 DT	185.000 DT
Sup à 11 Kg et jusqu'à 12 Kg	99.000 DT	157.000 DT	200.000 DT
Sup à 12 Kg et jusqu'à 13 Kg	106.000 DT	169.000 DT	215.000 DT
Sup à 13 Kg et jusqu'à 14 Kg	113.000 DT	181.000 DT	230.000 DT
Sup à 14 Kg et jusqu'à 15 Kg	120.000 DT	193.000 DT	245.000 DT
Sup à 15 Kg et jusqu'à 16 Kg	127.000 DT	205.000 DT	260.000 DT
Sup à 16 Kg et jusqu'à 17 Kg	134.000 DT	217.000 DT	275.000 DT
Sup à 17 Kg et jusqu'à 18 Kg	141.000 DT	229.000 DT	290.000 DT
Sup à 18 Kg et jusqu'à 19 Kg	148.000 DT	241.000 DT	305.000 DT
Sup à 19 Kg et jusqu'à 20 Kg	155.000 DT	253.000 DT	320.000 DT
Sup à 20 Kg et jusqu'à 21 Kg	162.000 DT	265.000 DT	335.000 DT
Sup à 21 Kg et jusqu'à 22 Kg	169.000 DT	277.000 DT	350.000 DT
Sup à 22 Kg et jusqu'à 23 Kg	176.000 DT	289.000 DT	365.000 DT
Sup à 23 Kg et jusqu'à 24 Kg	183.000 DT	301.000 DT	380.000 DT
Sup à 24 Kg et jusqu'à 25 Kg	190.000 DT	313.000 DT	395.000 DT
Sup à 25 Kg et jusqu'à 26 Kg	197.000 DT	325.000 DT	410.000 DT
Sup à 26 Kg et jusqu'à 27 Kg	204.000 DT	337.000 DT	425.000 DT
Sup à 27 Kg et jusqu'à 28 Kg	211.000 DT	349.000 DT	440.000 DT
Sup à 28 Kg et jusqu'à 29 Kg	218.000 DT	361.000 DT	455.000 DT
Sup à 29 Kg et jusqu'à 30 Kg	225.000 DT	373.000 DT	470.000 DT

Anexo 6 – Resultados da SCOOP, 2008 e 2009

	RÉSULTATS (TND)	
	2008	2009
Vente		
Façon	1.171.000,00	1.518.306,82
produit semi-fini	1.148.500,00	1.118.213,13
produit fini	171.000,00	
prestation de services (commisions)		30.518,36
TOTAL	2.490.500,00	2.667.038,31
Achat		
matiere première	247.070,00	303.328,31
matiere consommable		147.380,02
Emballages		18.923,22
Palettes		1.842,00
TOTAL	247.070,00	471.473,54
Sous traitance		
achat façon	1.229.219,00	872.236,53
serigraphie		11.646,34
Broderie		22.274,87
Lavage		22.519,58
patronnage&tracee		48.969,04
Teinture		2.032,46
TOTAL	1.229.219,00	979.678,82
FSE		
Electricité	6.544,35	8.825,98
Eau	706,05	283,10
matériel de bureau	5.475,57	12.044,24
Essence	7.966,00	
fourniture atelier	33.966,34	12.044,24
Don		2.000,00
autres location	900,00	920,00
loyer a usage industriel	25.223,57	24.021,67
entretien et réparation	5.348,15	1.806,15
entretien et réparation vehiculos	1.245,72	980,93
Assurances	4.974,21	16.368,80
assurance export	5.270,32	4.988,83
Honoraires Comptabilite	11.050,00	11.050,00
Honoraires transit	22.983,86	15.249,69
Telephone & Fax	6.395,82	7.477,86
Tunisiaiana	9.207,39	9.042,41

Internet	804,82	828,00
Transport Marchandise	70.870,45	58.999,34
Déplacement & Logement	7.100,00	22.543,42
Rapid Poste	8.421,00	14.360,30
Frais de Poste	1.499,82	669,30
Publicité	625,00	3.919,05
Service Gardiennage	6.012,06	5.425,10
Autres	176.250,00	26,67
ménage et hygiène	1.400,00	
travail spécialisé	39.000,00	
comission sur vente	17.920,00	
TOTAL	477.160,50	233.875,08
Impôt	3.984,54	5.378,32
FCD	1.430,00	1.170,00
TOTAL	5.414,54	6.548,32
Personnel		
TOTAL	381.000,00	479.395,96
Investissement		
matériel industriel	19.200,00	4.260,00
matériel informatique	8.214,00	2.656,59
matériel bureau	8.405,00	
Qualité		3.300,00
Installation	6.122,00	
TOTAL	41.941,00	10.216,59
TOTAL	108.694,96	485.849,99

Anexo 7 – Custo da Linha de Produção da SCOOP

Ligne de production SCOOP	
	TND
Salaire	148.201,00
Electricité	5.295,59
Eau	141,55
Leasing machines	22.680,00
Amortissement achat machine	3.000,00
Installations électriques	1.200,00
Papier (PLUS)	1.206,82
Pièces (AMC)	3.245,99
Total réel	184.970,95
Valeur facturation	77.887,94
Solde	-107.083,01

Anexo 8 – Custos Diversos

FOIRE	Medica	Texmed	A+A	Servimoda Zaragoza	Jornadas B2B Benelux	TOTAL
Stand		1.800,00				1.800,00
CEPEX		1.200,00		600,00	1.000,00	2.800,00
CTIAC	400,00					400,00
Messe Dusseldorf			8.348,26			8.348,26
Hôtel	756,00	453,60	2.118,69	392,18	466,83	4.187,30
Repas & Déplacements	378,00	200,00	1.323,00	378,00	567,00	2.846,00
Manequin			407,30			407,30
Transport		300,00				300,00
Recherche des clients allemands			685,00			685,00
Billete d'avion	450,00		2.864,85	413,50	827,00	4.555,35
Total	1.984,00	3.953,60	15.747,10	1.783,68	2.860,83	26.329,21
Subvention	1.425,00	0,00	6.067,00	0,00	2.663,00	10.155,00
Total coûts	559,00	3.953,60	9.680,10	1.783,68	197,83	16.174,21

Coûts	Voyages Clients (TND)	
	Import Arrasate (Avril)	Trango et Import Arrasate (Octobre)
Hôtel	378,00	455,49
Repas et déplacements	283,50	756,00
Billet d'avion	1.964,00	413,50
Total	2.625,50	1.624,99

Publicité et comunication (TND)			
	Coûts	Subvention	Coûts réels
Brochure(stylo+flyer+brochure+toile)	6.048,00	3.024,00	3.024,00
Chemise de cartón	1.506,04	0,00	1.506,04
Des blocs de feuilles		0,00	
Cartes de visite		0,00	
Enveloppes		0,00	
TOTAL	7.554,04	3.024,00	4.530,04

l'investissement dans l'équipement de production	TOTAL
	TND
DISMAC	320,00
STUMAC	3.000,00
TOTAL	3.320,00

l'investissement dans l'équipement informatique	TOTAL
	TND
INFO 3000	8550,245
Etablissement Bouassida	1013,399
Pamafe	2233,594
TOTAL	11797,24

Coûts Certication ISO 9001	TND
Certification	11.000,00
Subvention	7.700,00
Total réel	3.300,00